



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RUI CARLOS BRURÊWA XERENTE

**ANÁLISE DOS IMPACTOS ÉTNICO SÓCIO TERRITORIAIS NAS ALDEIAS DO
POVO AKWE – XERENTE, EM CONSEQUÊNCIA DO CULTIVO DE CANA DE
AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO (TO)**

**Porto Nacional, TO
2023**

Rui Carlos Brurêwa Xerente

**Análise dos impactos étnico sócio territoriais nas aldeias do Povo Akwe-Xerente,
em consequência do cultivo de cana-de-açúcar, no município de Pedro Afonso
(TO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Porto Nacional (TO), como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Geo-territorial
Orientador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira

**Porto Nacional, TO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

X6a Xerente, Rui Carlos Brurêwa Xerente.

ANALISE DOS IMPÁCTOS ÉTNICOS/SÓCIO TERRITORIAIS, NAS ALDEIAS DO POVO AKWÊ- XERENTE: em Consequências do Cultivo de Cana de Açúcar no Município de Pedro Afonso- TO. / Rui Carlos Brurêwa Xerente Xerente. – Porto Nacional, TO, 2023.

80 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
(Mestrado) em Geografia, 2023.

Orientador: Elizeu Ribeiro Lira Lira

1. Território Indígena. 2. Povos Xerente. 3. Agricultura Capitalista. 4.
Akwê Xerente. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

Rui Carlos Brurêwa Xerente

Análise dos impactos étnico sócio territoriais nas aldeias do Povo Akwě-Xerente, em consequência do cultivo de cana-de-açúcar, no município de Pedro Afonso (TO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Porto Nacional (TO), como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Geografia, tendo sido aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Professor Dr. Elizeu Ribeiro Lira (Orientador), UFT

Professor Dr. Roberto, de Sousa Santos, UFT

Professora Dra. Fabiana Scoleso, UFT

Dedico este trabalho a todos os indígenas brasileiros e, em especial, a meu povo Xerente, comunidade a que pertenco e a quem quero dedicar toda minha vida na defesa de nosso territ3rio, meu pai, S3pre Xerente e minha M3e, Kubadi Xerente, minha esposa, Krtadi Xerente e meu filho, War3 Xerente, pelo indispens3vel apoio na minha vida acad3mica.

AGRADECIMENTOS

Quero aqui agradecer Waptokwazawre (Deus), que iluminou meus caminhos durante a trajetória do meu estudo, que me deu sabedoria e inteligência.

Agradeço à UFT, Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional e ao Curso de Geografia, por proporcionar esta Oportunidade de estudo.

Agradeço à CAPES pela bolsa de auxílio financeira, sem a qual a realização deste trabalho teria sido bem difícil.

Agradeço à CNPQ, pela bolsa de iniciação científica durante a graduação, que abriu caminho para minha entrada no mestrado.

Parceira do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFT), Mestrado acadêmico, pela boa convivência com os colegas de curso e com os professores.

Agradeço ao orientador, prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira, pelo apoio e incentivo quanto à superação dos desafios surgidos no decorrer dessa luta, acreditando na minha capacidade como aluno indígena e, ao mesmo tempo, ajudando a resolver as minhas limitações na compreensão da segunda língua.

Agradeço ao NURBA- Núcleo de Estudos Urbanos e Agrários da UFT, pelo apoio e suporte institucional, aceitando-me e registrando minha participação no grupo de pesquisa de mesmo nome no CNPq.

Agradeço ao professor Roberto de Souza Santos e à professora Fabiana Scoleso, por terem aceitado fazer parte da banca examinadora e pelas contribuições dadas para estruturação do trabalho, desde a qualificação.

Agradeço à todas as aldeias Xerente pelo apoio e contribuição nas informações de dados durante a realização deste trabalho.

Agradeço à FUNAI e ao CIMI, no Estado do Tocantins, pelo apoio e suporte institucional.

Agradeço aos companheiros indígenas Akwë Xerente, que me acompanharam durante a minha permanência como aluno da graduação e pós-graduação no Campus de Porto Nacional.

Agradeço os meus sete irmãos, Krënkedi, Srêwasa, Wairurã, Dakmãñarkwa, Srêkrurme, Waikairo e Asate, que me deram apoio, bem como os demais familiares Xerentes que admiram a minha dedicação e luta em busca de novos conhecimentos.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar o impacto ambiental e social causado pela expansão da atividade agrícola nas fronteiras do território Xerente, em Tocantínia, no estado do Tocantins, nas primeiras décadas do século XXI. A comunidade Akwê vem sofrendo com a expansão da atividade agrícola de grandes empreendimentos monocultores (Proceder III) e enfrenta conflitos de interesses na região. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica de artigos acadêmicos e publicados na imprensa, assim como a análise de mapas e relatórios de impactos, produzidos pelo IBAMA, como demais instituições que apresentam dados econômicos e sociais referentes à questão. Também se pretende realizar entrevistas com caciques e lideranças indígenas Akwê. O resultado da pesquisa encontra-se em fase de elaboração. O povo Akwê-Xerente localiza-se na região norte do Brasil, no atual estado do Tocantins, à margem direita do Rio Tocantins, no município de Tocantínia, a 75 quilômetros ao norte de Palmas, capital do Estado, com a população de, aproximadamente, 5 mil pessoas. Eles ocupam as áreas indígenas denominadas T.I. Xerente e T.I. Funil

Palavras-chaves: Território Indígena. Povos Xerente. Agricultura capitalista, Akwê.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the environmental and social impacts caused by the expansion of agricultural activity on the borders of the Xerente territory, in Tocantínia, in the state of Tocantins, in the first decades of the 21st century. The Akwê community has been suffering from the expansion of agricultural activity of large monoculture enterprises (Proceder III) and faces conflicts of interests in the region. The methodology used is bibliographic research, academic articles and articles published in the press, as well as the analysis of maps and impact reports produced by IBAMA and other institutions that present economic and social data on the issue. We also intend to conduct interviews with Akwê chiefs and indigenous leaders. The results of the research are currently being prepared. The Akwê People are located in the Northern Region of Brazil, in what is now the state of Tocantins, on the right bank of the Tocantins River, in the municipality of Tocantínia, 75 kilometers to the north of Palmas, the state capital, with a population of approximately 5,000 people. They occupy indigenous areas called T.I. Xerente and T.I. Funil

Key-words: Indigenous territory. Xerente People. Capitalist agriculture. Akwê

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da área da Pesquisa.....	15
Mapa 2 – Território e terras Indígenas Xerente e Funil.....	20
Mapa 3 – Localização das aldeias Akwě Xerente.....	28
Mapa 4 – Aldeias Xerente atendidas pelo PCAMBIX.....	31
Mapa 5 – Projetos de Agricultura Moderna no Tocantins.....	35
Mapa 6 – Fronteira entre o território Xerente e os municípios.....	54
Mapa 7 – Risco: zona de agricultura moderna e de vegetação preservada no território Xerente.....	56
Mapa 8 – Localização do município de Pedro Afonso – TO.....	57
Mapa 9 – Território Xerente-Akwě-Ninka e localização do CEMIX.....	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Olho D’água que abastece a Aldeia Akehu na fronteira de Pedro Afonso....	43
Figura 2 – Pinturas corporais indicando os seis Clãs do Povo Xerente.....	47
Figura 3 – Pinturas corporais e divisões clânicas.....	47
Figura 4 – Desenho da casa dos solteiros (Warã) e a Aldeia.....	50
Figura 5 – As pinturas da corrida de tora grande.....	50
Figura 6 – Plantação de cana de Açúcar na fronteira de Pedro Afonso.....	57
Figura 7 – Córrego Gorgulho (kâkaka), bacia com alto grau de poluição.....	57
Figura 8 – Máquina colheitadeira de cana em Pedro Afonso.....	63
Figura 9 – Terreno junto ao território preparado para o plantio de soja.....	67
Figura 10 – Lavoura de soja no território Aldeia São José.....	68
Figura 11 – Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã (CEMIX).....	73
Figura 12 – Professores do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aldeias da Terra Indígena Xerente e Funil, divididas por Área.....	26
Tabela 2 – Modelo de composição dos clãs segundo Maybury-Lewis.....	41
Tabela 3 – Projetos executados com recursos do PRODECER de 1978 a 2005.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA	Associação Indígena Akwë
CF	Constituição Federal
CIMI	Conselho Missionário Indígena
CHP	Cooperativa Habitacional de Palmas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERTINS	Instituto de Terras do Tocantins
MP	Ministério Público
ONG	Organizações Não Governamentais
NAC	Núcleo de Ações Coletivas
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PET	Programa Tutorial Indígena
NURBA	Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários
PROCAMBIX	Programa de Compensação Ambiental Xerente
TI	Terra Indígena
UNI	União Nacional Indígena
UFT	Universidade Federal do Tocantins
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado
PROCEDER	Programa de cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAPITULO I - O TERRITRIO INDIGENA EM QUESTÃO.....	20
2.1 Território e Geografia para além das discussões teóricas.....	20
2.2 Territórios Indígenas e Geografia	22
2.3 A Geo-História do Território Xerente	23
2.4 Conflitos e lutas pelo Território	27
3 CAPITULO II OS GRANDES EMPREENDIMENTOS EOS IMPACTOS TERRITORIAIS.....	30
3.1 Grandes Empreendimentos e o Território Xerente.....	30
3.2 A Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (Lajeado) e o PROCAMBIX.	33
3.3 PRODECER III em Pedro Afonso o plantio extensivo da cana e seus impactos no território Xerente.....	38
3.4 Tradição do Povo Akwe Xerente uma Cultura Ameaçada.....	43
4 CAITULO III A FRONTEIRA DA DEGRADAÇÃO E O TERRITORIO	56
4.1 Mapas dos impactos sócios Territoriais nas aldeias Xerente devido as Proximidades com as Plantações de Cana de açúcar na Porção Norte do Território Xerente.....	56
4.2 As Plantações de Cana no Municios de Pedro de Pedro Afonso.	60
4.3 Arrendamento de terras para agricultura capitalista no interior do território.	64
4.4 A Geografia do território e Educação Territorial nas Escolas Indígenas Xerente.....	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

O povo Akwẽ-Xerente localiza-se na região Norte do Brasil, no atual estado do Tocantins, à margem direita do Rio Tocantins, no município de Tocantínia, a 75 quilômetros ao norte de Palmas, capital do Estado. Ocupa as áreas indígenas denominadas T.I. Xerente (delimitada pelo decreto 71.107 de 14/09/72, demarcada pelo decreto 79.999 de 8/01/76 e homologado pelo decreto 97.838, de 16/06/89, com extensão de 167.542.107 hectares) e a T.I. Funil (delimitada pela portaria 1.187 IEI 82 de 24/02/82 e homologado pelo decreto 269 de 29/10/91, com extensão de 15.703.797 hectares), totalizando 183.245,902 hectares, (MELO, 2010). O mapa 01, demonstra a localização do território Xerente.

Os Xerente, autodenominados Akwẽ, formam com os Xavante (autodenominados A'we), de Mato Grosso, o ramo central das sociedades de língua Jê. Os Xacriabá, atualmente localizados em Minas Gerais, e Acroás (extintos), também são considerados grupos a eles aparentados linguística e culturalmente. A versão mais aceita, o nome Xerente, lhes foi atribuído por não-índios, visando sua diferenciação dos demais Akwẽ, particularmente, em relação aos Xavante. Os Xerente e os Xavante falam dialetos de uma mesma língua, que pertence à família Jê. Os Xerente a mantêm com vitalidade. As crianças até cinco anos só falam a língua indígena. Os adultos a utilizam em todos os contextos da vida cotidiana nas aldeias.

No Brasil, as populações indígenas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), no censo demográfico realizado em 2010, foram encontrados 896,9 mil indígenas, e identificadas 305 etnias, das quais, a maior é a Tikuna, com 6,8% da população indígena. Também foram reconhecidas 270 línguas. A situação social de uso dessas línguas por seus falantes, em seus territórios específicos, no entanto, é pouco conhecida, mesmo hoje, quando tanto se fala a respeito da perda desses idiomas e da riqueza dos saberes que eles veiculam.

A sociedade indígena dos Akwẽ-Xerente viveu nos últimos 250 anos sob a pressão do contato e da expansão da sociedade dominante, o que impõe um reordenamento sociocultural e territorial. Em 1999, os Xerente contavam com uma população de quase 1.800 pessoas, distribuídas em 33 aldeias. Estimativas sobre a população Xerente foram apresentadas em alguns momentos históricos, da seguinte maneira: 2.200, em 1851 (Frei Rafael de Taggia); 1.360, em 1924 (Urbino Viana); 330, em 1963 (Maybury-Lewis); 700, em 1982 (Pastor Rinaldo de Mattos); 1.000, em 1987. Em 2010, o Xerente já contava

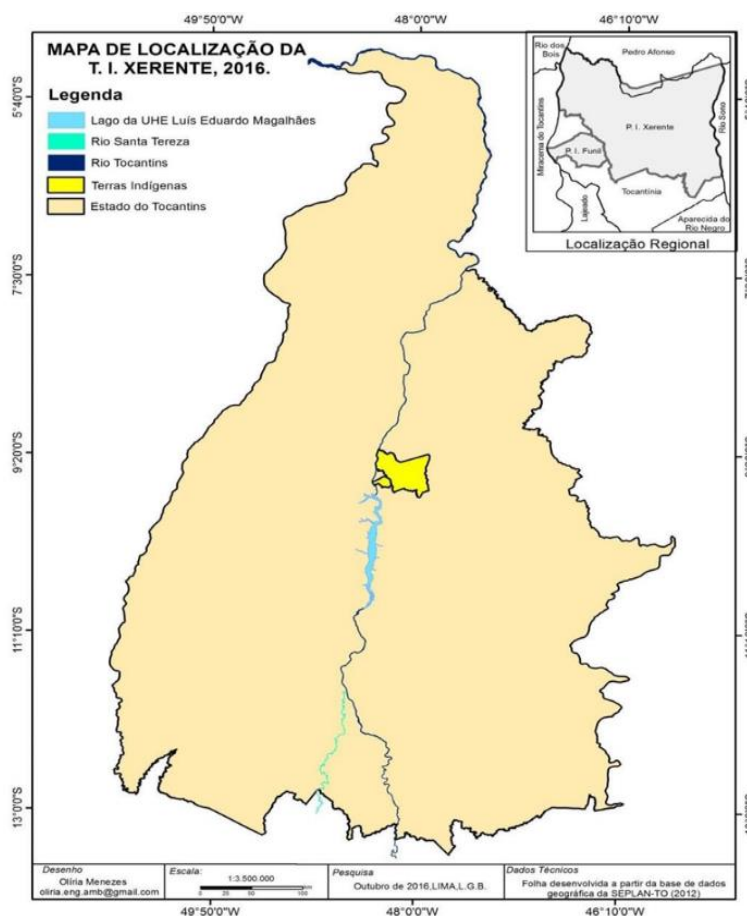
com mais 4.000 mil pessoas, distribuídas em 70 aldeias, e a população está crescendo. Entretanto, o território Xerente está ficando pequeno.

O território Xerente é composto pelas Terras Indígenas Xerente e Funil, que se localiza no cerrado do Estado do Tocantins, na porção leste do rio Tocantins. A cidade de Tocantínia, localizada entre as duas terras, tem sido, ao longo deste século, palco de tensões entre a população local não-indígena e os Xerente. Desde a fundação do Estado do Tocantins, em 1989, seu território é foco das atenções regionais (e nacionais) devido à sua localização estratégica. Encontra-se atualmente rodeado de projetos de desenvolvimento, incentivados pelos governos federal e estadual, em parceria com a iniciativa privada.

Com a implantação deste projeto, as terras do município de Pedro Afonso vão aparecer nas políticas de planejamento e desenvolvimento como área de avanço tecnológico na agricultura. Isto significa dizer que as áreas serão destinadas à monocultura da soja e cana-de-açúcar, ou seja, áreas especificamente “preparadas” para investimento de capitais internacionais e nacionais com o objetivo de alavancar o processo de desenvolvimento regional. Entretanto, o modelo de desenvolvimento implantado pelas políticas públicas de investimentos, juntamente com o capital interno e externo, implica em outras condicionalidades territoriais, dentre as quais podemos citar a de territorializar “novas” relações de produção globais e desterritorializar “velhas” relações de produção local, desencadeando impactos territoriais na região. Esta frente impactou diretamente as terras dos indígenas Xerente. Os impactos territoriais se desdobram em impactos sociais, ambientais e étnicos.

Este projeto tem o objetivo de analisar o impacto ambiental, social e étnico causado pela expansão da atividade econômica da cana-de-açúcar no território Xerente, em Tocantínia, no estado do Tocantins, no século XXI. A comunidade Akwẽ vem sendo afetada e enfrentando conflitos étnicos e sociais na região com a expansão da atividade agrícola da cana-de-açúcar e de grandes empreendimentos monocultores.

Mapa 1 – Localização da área da Pesquisa.



Fonte: SEPLAN/TO 2010

Faz-se necessário sistematizar as etapas de trabalho, subdividindo questões teóricas e práticas capazes de delimitar as abordagens científicas e conduzir para compreensão da realidade em que se encontram as comunidades indígenas em relação a seus territórios. Assim, questões previamente elaboradas consistem em querer saber: (1) Existiram conflitos históricos pelo direito de viver e uso da terra indígena Xerente em período que antecede ao recorte temporal desta pesquisa? (2) Quais determinações do capital interagiram com a dinâmica local e transformaram a dinâmica de apropriação e exploração das áreas indígenas Xerente e Funil, as quais compõe o território? (3) Quem são os agentes dos conflitos (agronegócio, grandes hidrelétricas e urbanização) e quais são as práticas desenvolvidas por esses agentes que resultaram em significativos impactos étnico sócio territoriais na comunidade Xerente? (4) Quando os conflitos se intensificaram e qual o papel das instituições na luta e permanência dos índios Xerente em seu território? (5) Qual é o cenário atual que retrata a análise dos impactos étnico sócio territoriais, nas aldeias do povo Akwẽ-Xerente, em consequência do cultivo de cana-de-açúcar, no município de Pedro Afonso - TO.

A partir deste modelo de investigação demonstrado, pretende-se conduzir a pesquisa tanto da seleção do aporte teórico quanto do trabalho de campo. É certo que muitos resultados empíricos se encontram em equivalência a outros lugares já explorados, pois fazem parte da realidade sócio territorial das comunidades indígenas brasileiras.

O objetivo geral deste estudo é analisar os impactos étnico sócio territoriais causados pela expansão da atividade agrícola, com plantação extensiva de cana-de-açúcar nas fronteiras do território Xerente com o Município de Pedro Afonso - TO.

Os objetivos específicos deste trabalho são (i) identificar os impactos étnico sócio territoriais causados pelo avanço da agricultura capitalista, em especial o cultivo extensivo de cana-de-açúcar, nas fronteiras do território Xerente; (ii) levantar, através de teorias geográficas, os resultados dos impactos sócio territoriais desencadeados pelo avanço do agronegócio em terras indígenas no Tocantins; (iii) analisar o processo de desterritorialização das atividades tradicionais no território Xerente, a partir do avanço da fronteira agrícola da cana-de-açúcar, na região de Pedro Afonso - TO.

A proposta tem sua relevância em pesquisar/diagnosticar o grau dos impactos territoriais ocorridos no território Xerente no Tocantins, em detrimento de uma política de investimentos nacionais e internacionais e do desenvolvimento acelerado das áreas destinadas à plantação da cana-de-açúcar no cerrado. O objetivo é compreender como essas áreas de modernização de expansão agrícola no nordeste do estado estão avançando vertiginosamente sobre o território indígena Xerente. A relevância do projeto se dá pelo fato da abordagem científica dos fenômenos observados e analisados e pela responsabilidade acadêmica de diagnosticar e verificar os impactos socioculturais e territoriais na área Xerente, causados pela modernização da agricultura regional. Vale salientar, ainda, que este projeto é importante, não só pela abordagem científica dos fenômenos, mas pela grande responsabilidade de diagnosticar e publicitar os impactos socioculturais/territoriais na área Xerente. Colocar ao conhecimento da academia os impactos causados pela modernização da agricultura, que provocam, simultaneamente, significativas mudanças no imaginário cultural, como também aceleram o processo de aculturação das comunidades, em função da inserção de novos hábitos de consumo e novas relações de trabalho, será um objetivo do projeto de pesquisa.

No Tocantins, há diversos povos indígenas. Esses povos foram e são impactados pela cultura do capitalismo Ocidental. Principalmente, com os grandes projetos de desenvolvimento regional, como a rodovia BR-153, a ferrovia Norte-Sul, as hidrelétricas e, atualmente, o agronegócio. A Hidrelétrica de Lajeado, por exemplo, provocou impactos

sociais e ambientais no território do povo Indígena Xerente. Do ponto de vista das políticas ambientais, alguma coisa já tem sido feita com o território Xerente. Segundo Lima, (2016) a Investco, Funai e representantes indígenas assinaram o termo de compromisso que resultou na construção do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX), cuja execução se deu a partir de 2002 e envolveu outros órgãos como o Ministério Público Federal e a Naturatins.

Segundo Lima (2016), a partir do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX), os Akwẽ-Xerente, com os movimentos sociais com atuação na região, passaram a requerer alguma compensação pelas mudanças que afetavam diretamente os seus modos tradicionais de viver. Esse programa elencou como uma de suas ações imediatas a realização de um diagnóstico étnico-ambiental, cujo trabalho foi realizado por pesquisadores ligados à ONG Operação Amazônia Nativa (OPAN) e ao Grupo de Estudos da Região Amazônica (Gera), instituições indicadas e selecionadas pela Funai. Foi a partir deste diagnóstico que se elaborou o documento contendo as linhas gerais do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX).

O PROCAMBIX (Programa de Compensação Ambiental Xerente) foi desenvolvido para indenizar a população indígena Akwẽ-Xerente, localizada, predominantemente, à margem direita do rio Tocantins, atingida pela Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que provocou profundas mudanças na forma de vida dessa população. Para Lima (2016), o PROCAMBIX esteve relacionado com a proteção do meio ambiente, incluindo o projeto de zoneamento da terra indígena que pretensamente objetivava a capacitação dos índios para as práticas conservacionistas, de monitoramento e preservação ambiental de seu território. Práticas estas como a piscicultura, bananicultura e apicultura.

Segundo a referida autora, outro aspecto que gerou muitas tensões entre os indígenas refere-se à seleção dos indígenas para a composição do Conselho Gestor do PROCAMBIX, formado por seis representantes indígenas e um membro das seguintes instituições: Ibama, Investco, Funai, Naturatins, Ministério Público Federal e Sociedade Civil. Entretanto, os impactos sociais e culturais nos territórios indígenas são oriundos do avanço do desenvolvimento de uma agricultura capitalista e não há uma política direcionada para diminuir esses impactos. E o que é pior, esses impactos vêm aumentando a cada dia.

Os antropólogos e os sociólogos dizem que, nos anos 1950, as frentes de deslocamento da população “civilizada” e das atividades econômicas, de algum modo reguladas pelo mercado, são conhecidas como frente de expansão.

Para Darcy Ribeiro, as frentes de expansão na Amazônia constituem fronteiras civilizatórias e expressam a concepção de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios, mas tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante, o produtor rural moderno e o empreendedor (MARTINS, 1997). A frente do avanço da agricultura mecanizada é que provocou vários impactos sócio territoriais na comunidade indígena dos Xerente. Sabemos que as práticas tradicionais de agricultura no estado – a agricultura indígena, a quilombola e a camponesa – são experiências históricas de cultivo de produtos agrícolas que sempre alimentaram o povo brasileiro. Entretanto, essa realidade pode ser comprometida com as atividades agrícolas de cunho para exportação que, para sua expansão, dependem de vastas áreas desmatadas e aplicação de agrotóxicos, comprometendo também a sustentabilidade da biodiversidade e da cultura tradicional; aceleram o processo de aculturação das comunidades tradicionais em função do desencadeamento do processo de desterritorialização das comunidades tradicionais, como a Xerente.

Esse processo de modernização no campo, iniciado em Pedro Afonso pelo PRODECER III, foi o pontapé inicial para desencadear os impactos sócio territoriais nos territórios indígenas da região (Xerente, Kraho, Apnajés). A comunidade indígena dos Xerente no município de Tocantínia, limítrofe, ao norte, com Pedro Afonso, foi a mais diretamente impactada e, depois, de maneira ordenada, foi atingindo outros municípios próximos de Pedro Afonso, como Tocantínia, Bom Jesus, Tupirama, Santa Maria, Guaraí, Itacajá, e Goiatins, municípios que foram base de um grande e dirigido processo de modernização no campo. Em Tocantínia, onde estão situadas as terras indígenas Xerente, estes impactos sócio territoriais tomaram visibilidade quando se traduziram na ameaça e perda de identidade cultural e territorial da comunidade, na perda e destruição da reserva natural e no comprometimento da caça e pesca, colocando em risco a segurança alimentar tradicional e centenária da comunidade.

Ao longo do tempo, houve conflitos em disputas de terras e lutas entre indígenas e fazendeiros. Os povos precisam preservar e valorizar as suas culturas, como é o caso do povo Akwë, que até hoje vem preservando muito suas origens, cânticos, danças, pinturas, línguas, mitos, etc. Os anciões contam que os antigos Xerente tinham aldeias em

Dianópolis, Porto Nacional, o local da atual capital Palmas e Lajeado. No outro lado do Tocantins, Miranorte, Rio dos Bois, Morro Perdido, em ambos os lados do Rio Sono, atual Pedro Afonso, Rio Sono, Rio Negro, além do rio Piabanha, atual Tocantínia.

Os anciãos comentam que é muito importante preservar, conhecer e demonstrar a cultura inserida no território e, também, os mais jovens precisam conhecer as consequências do avanço do agronegócio no território Xerente. Ao longo tempo, os Xerentes vêm resistindo e defendendo o seu território das ameaças dos não-indígenas. O impacto provocado pelo avanço do agronegócio no município de Pedro Afonso, nas proximidades das terras Xerente, causou e vem causando mudanças para as atividades de caça e pesca, que ficaram muito reduzidas em função do desmatamento. E os cerrados, rios, córregos, campos e florestas estão sendo ameaçados, o que pode comprometer o futuro do território, e a próximas gerações poderão não ter a oportunidade de conhecer a riqueza da natureza. Colocar ao conhecimento dos jovens Xerente os impactos ambientais, sociais e culturais causados pelo avanço da atividade econômica da monocultura na região, é um dos objetivos do projeto de pesquisa.

A metodologia empregada será baseada em uma pesquisa bibliográfica, livros e artigos acadêmicos, documentários e dados publicados pelos seguintes órgãos: FUNAI, INCRA, INTERTINS, IBGE, IBAMA CIMI, CPT, na imprensa e demais instituições que apresentam dados econômicos e sociais referentes à temática em pauta. Pretende-se realizar entrevistas com caciques e lideranças indígenas Akwë e com anciãos das aldeias sobre o território indígena Xerente e sobre os impactos sociais causados pelo avanço da atividade econômica da cana-de-açúcar na região. Serão realizadas entrevistas com os anciãos sobre seus conhecimentos da natureza e respeito com relação ao impacto do agronegócio nas proximidades da aldeia Xerente e aspectos da tradição cultural do povo Akwë-Xerente. As entrevistas serão abertas. O povo Xerente já está sendo impactado pelo agronegócio, que pode afetar a identidade cultural, como, por exemplo, os Dasĩpsê (Festa cultural).

2 CAPÍTULO 1 - O TERRITÓRIO INDÍGENA EM QUESTÃO

2.1 Território e Geografia para além das discussões teóricas

Segundo Lira (2010, p. 35), um dos primeiros autores a se empreender na abordagem do tema “Território” foi Claude Raffestin (1993). É de grande relevância a sua obra sobre o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, preexistente ao território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, [...] o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A princípio, o termo “Território” se mostra como sendo o lugar ou os sistemas onde se vive e se trabalha na relação com outros. Já a “Territorialização” é aquele processo pelo qual se traz os diferentes elementos do seu território de origem, juntos e percebidos como um todo (LIMA; YASUI, 2014, p. 593).

Assim, é de fundamental importância entender que o Território deve ser percebido como um espaço que abriga identidade, ou mesmo um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável. Trata-se, neste caso, de identidades inerentes ou em permanente diáspora, cuja territorialidade pode ser mais virtual do que real.

Nesse sentido, aponta Saquet (2007) que território é uma relação e um resultado do processo de territorialidade, que é definido como uma tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, ao delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica. Como estratégia, a territorialidade está intrinsecamente ligada às relações sociais que estruturam as aspirações e possibilidades de produção de territórios. Essa abordagem relacional da territorialidade, quando combinada, enriquece a noção de territorialidade como estratégia que produz relações sociais ao mesmo tempo que é produzida por elas.

No entendimento de Haesbaert (2006, p. 127), “[...] o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle”. Nesse sentido, território pode se desterritorializar, ou seja, é capaz de transformar-se em um novo território, ou até mesmo ser destruído, abrindo-se para outras possibilidades.

Esta concepção é importante, pois não analisa o território como um espaço neutro, e sim numa perspectiva mais abrangente, considerando este espaço como “locus de constante disputa de poder seja, sob uma perspectiva de terra (territorium), onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso do recurso “terra” para fins de reprodução econômica”.

Conforme asseverado pelos autores Haesbaert (2007, p.127) e Ramos (2004), um território, no sentido etiológico, é entendido como o ambiente de um grupo, por exemplo, um bando de lobos, um bando de ratos, ou um grupo de nômades, que não pode ser localizado objetivamente, mas é constituído pelos padrões de interação através dos quais o grupo ou bando garante uma certa estabilidade e localização. Da mesma forma que o ambiente de uma única pessoa – seu ambiente social, espaço de convivência pessoal ou seus hábitos – pode ser visto como um “território”, no sentido psicológico, no qual a pessoa age ou ao qual retorna.

Neste ponto, a concepção de Haesbaert (2004) fortemente se entrelaça à diferença entre um modo de pensamento imanente e transcendente: as desterritorializações relativas são transcendentais, pois o território funciona como referência transcendente. O mesmo se aplica às requalificadorias: apenas as desterritorializações absolutas produzem imanência.

E, por fim, de acordo com Saquet (2007), o território é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização e tem duas funções principais: servir de abrigo, como forma de segurança; e servir como trampolim para oportunidades. Daí a sua relação direta com o poder e a dominação. Nesta direção, o território assume significados distintos para diferentes sociedades ou grupos sociais dominantes.

Território é natureza e sociedade. Não há separação. É economia, política e cultura; edificação e relações sociais; descontinuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e transescalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p.83).

2.2 Territórios Indígenas e Geografia

O território indígena já vem há algum tempo sendo tema da geografia, desde 1911, no primeiro congresso brasileiro de geografia, organizado pela AGRJ, com a temática central sobre a situação dos índios brasileiros e seus territórios. Dessa forma aponta Faria (1997), quando explicita que, do ponto de vista dos indígenas, “terra é um mosaico de recursos materiais, morais e espirituais. Seu território, além de conter dimensões sociopolíticas, também contém uma ampla dimensão cosmológica, o que não ocorre na concepção de território do Estado”. Uma outra grande contribuição para a geografia brasileira, no que diz respeito ao conceito de território indígena, são os trabalhos do Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016), que define o território indígena como:

[...] um espaço de sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física, é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas (2016) travam relações entre si e com os deuses. Há que se ressaltar, ainda, que a apropriação de recursos naturais não se resume a produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria-prima para a construção de casas, enfeites, arcos, flechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem. Para que um povo possa sobreviver e se reproduzir, necessita de muito mais terras do que as que utiliza simplesmente para plantar (OLIVEIRA, 2016).

Baseado nessa visão de Oliveira, que estabelece uma clara visão das diferenças entre o território indígena e o capitalista, vamos tentar aqui construir um entendimento do território dos índios Xerentes, suas realidades, suas contradições internas e externas e suas relações com o avanço da agricultura capitalista sobre suas terras.

A área atual ocupada pelo povo Akwẽ-Xerente situa-se à margem direita do Rio Tocantins, fazendo divisa com o Rio Tocantins (Miracema), com Pedro Afonso, Rio Sono e Rio negro, Lajeado e, naturalmente, com Tocantínia. E a área é cortada pelas estradas, fazendo a ligação do município de Tocantínia com o Rio Sono e Pedro Afonso. Outra estrada é a que vai de Tocantínia a Rio Negro, antiga Meira Matos. Há, ainda, uma terceira, unindo os municípios de Tocantínia, Lajeado e Palmas.

Atualmente, o total da população indígena Xerente é maior entre os povos indígenas no estado do Tocantins. Cada povo do mundo vive num lugar diferente e pode criar diferentes maneiras de entender, do nome e de como se relaciona com lugares e suas paisagens, e criando seu espaço geográfico. Por exemplo, o povo que vive no deserto, no meio de areia e sol, com muito calor e pouca água. E de acordo com cada lugar e suas paisagens, a comunidade indígena cria maneiras de viver e usa seus territórios,

construindo seu espaço geográfico. Então, o povo Akwẽ Xerente entende que a geografia é isso: os lugares e suas paisagens e a relação do povo com seu espaço em um determinado tempo histórico. Seja onde for que um povo Akwẽ se estabelece, ele se relaciona com seu espaço e cria um modo de entendê-lo e explica-lo, ou seja, a sua geografia. Os Akwẽ têm a sua maneira de entender e de se relacionar com a terra, com águas, com plantas, com o céu, com a chuva, com o vento, com o sol e com outros povos e outras formas de interpretação do espaço. O que é geografia para os povos indígenas e algum outro povo do mundo? O espaço geográfico é um espaço sagrado, onde é construída a íntima relação sociedade/natureza. Quando se fala em estudar geografia nessas escolas, vem a primeira pergunta. Eu, como jovem Professor Rowaktukwa, que leciona na escola Estadual Indígena Sremtõwe, quando começo o ensino de geografia na aldeia, primeiro o aluno pergunta “o que é isso de geografia, que não sei?”, então nós temos que explicar que pode ser o mapa ou o globo que explica muitas coisas, em seguida pedir para os alunos desenharem, pois têm que saber o que é Brurêwa 2022.

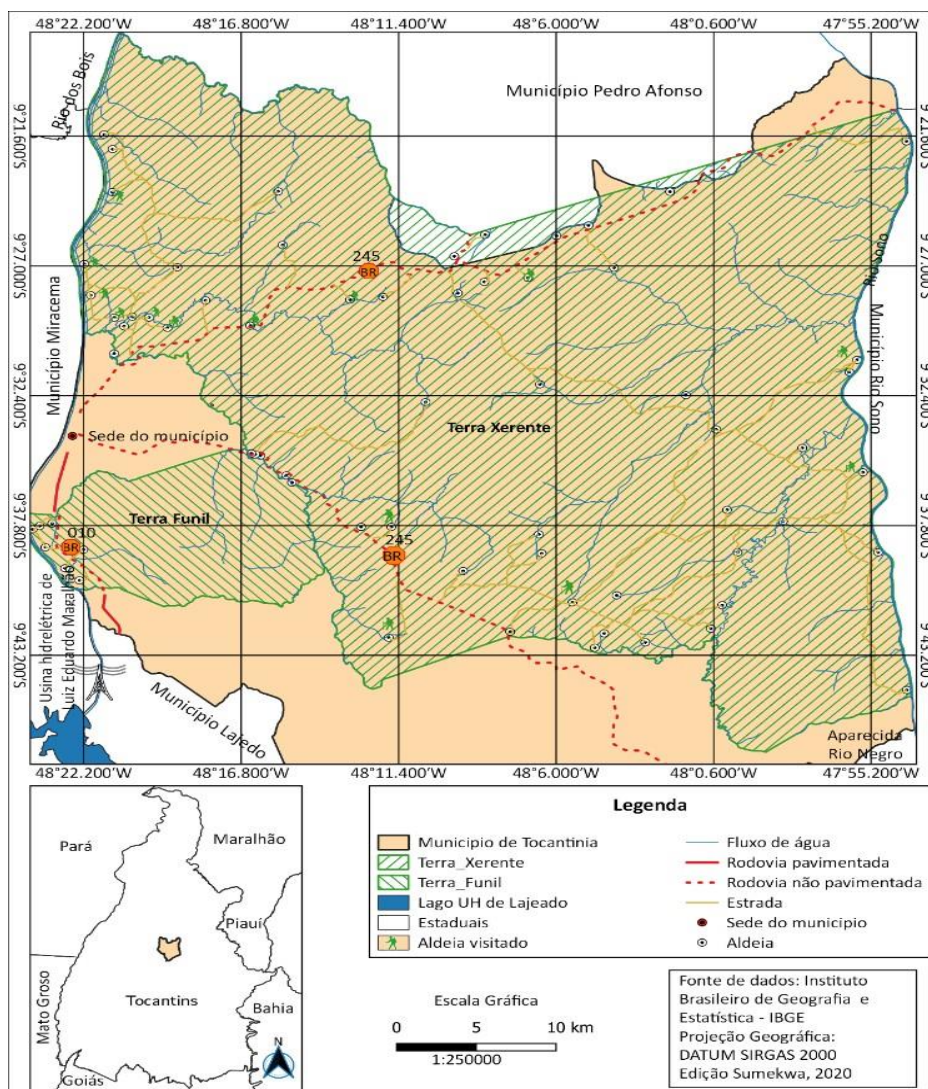
A geografia permite, assim, conhecer e explicar o mundo por meio do estudo do espaço geográfico, levando em conta o que se vê, as paisagens, o que se sente e com que a pessoa se identifica, os lugares e o que são referências significativas para os povos e os indivíduos, para trabalhar, e produzir sua cultura – os territórios.

2.3 A Geo-História do Território Xerente

O povo Akwẽ-Xerente localiza-se na região Norte do Brasil, no atual estado do Tocantins, à margem direita do Rio Tocantins, no município de Tocantínia, a 75 quilômetros ao norte de Palmas, capital do Estado. Ocupa as áreas indígenas denominadas T.I. Xerente (delimitada pelo decreto 71.107 de 14/09/72, demarcada pelo decreto 79.999 de 8/01/76 e homologado pelo decreto 97.838, de 16/06/89, com extensão de 1697.542, 105 hectares) e a T.I. Funil (delimitada pela portaria 1.187/IEI/82 de 24/02/82 e homologado pelo decreto 269 de 29/10/91, com extensão de 15.703.797 (hectares), totalizando 183.245,902 hectares, (MELO, 2010).

O mapa 02 demonstra a localização do território Xerente. Povo Akwẽ-Xerente está localizado na margem direita do Rio Tocantins no município de Tocantínia a 75 km de capital de Palmas no Estado Tocantins. Mapa 02. Localização do território Xerente no estado do Tocantins.

Mapa 2 – Território e Terras Indígenas Xerente e Funil.



Fonte: Sumekwa, 2020

A sociedade indígena dos Akwê-Xerente, viveu nos últimos 250 anos sob a pressão do contato, da expansão da sociedade dominante, o que impõe um reordenamento sociocultural e territorial. Em 1999, os Xerentes contavam com uma população de quase 1.800 pessoas distribuídas em 33 aldeias. Estimativas sobre a população Xerente foram apresentadas em alguns momentos históricos da seguinte maneira: 2.200 em 1851 (Frei Rafael de Taggia); 1.360 em 1924 (Urbino Viana); 330 em 1963 (Maybury-Lewis); 700 em 1982 (Pastor Rinaldo de Mattos); 1.000 em 1987. Em 2010, o Xerente já contava com mais 4.000 mil pessoas distribuídas em 70 aldeias e a população está crescendo, entretanto, o território Xerente está ficando pequeno. O território Xerente - composto pelas Terras Indígenas Xerente e Funil que se localiza no cerrado do Estado do Tocantins, na porção leste do rio Tocantins. A cidade de Tocantins, localizada entre as duas terras,

tem sido, ao longo desse século, palco de tensões entre a população local não-indígena e os Xerente.

Tabela 1 - Aldeias das Terras Indígenas: Xerente e Funil, divididas por Área.

Área	Aldeia	Área	Aldeia
Funil	Funil	Xerente	Recanto Krité
	Boa Fé		Aldeia Nova
	Rio Verde		Piabanha
	Nascente		Kâwakmozawre
	Jacó Sôwahu		Mrãizasé
	Aparecida		Nova Aliança
	Cachoeira		Montes Belos
	Maracujá		Cocalinho
	São Bento		Lá Vista
	Boa vida		Cachoeira do Brejo do Ouro
	Pé da Serra		Karehu
Brupré	Novo Horizonte		Mata do Coco
	Jenipapo		Kzasê
	Lageado		Salto Kripre
	Mirassol		Bela Vista
	Buritizal		Varjão
	Kuiwdehu		Santa Cruz
	Zé Brito		Angelim
	Campo Grande		Cercadinho
Cristalina Tkaité	Barreiro		
Área	Olho d'água Akehu		Romão
	Santo Antônio	Rocinha	
	Por do Sol Srãwe	Cachoeira Kâkaka	
	Galho Grande Kunêrdêhu	Boa Esperança	
	Sítio Novo	Brejo do Sítio	
	São José	Bananal Hespôhu	
	Traíra	Serra Verde	
	BrutuWdehu Jenipapinho	Vão Grande	

	Brupré		
	Betânia		Porteira
Brejo Comprido		Rio Sono	Riozinho
	Paraiso		Espaço Livre
	Bom Jardim		Sangradouro
	Fortaleza		Brejo Novo
	Santa Fé		Cabeceira Verde
	Recanto da Água Fria		Baixa Funda
	Canaã		Brejo Comprido
	Nova Jesusalém		
	Aldeinha Kawahã		
	Rio Preto II		
	Satélite Krirã		
	Fortaleza		
	Boa vista		
	Mrãizawi		
	Suprawahã		
	Serrinha I		
	Wäipäinere		
	Serrinha II		
	Mata Verde		
	Coqueiro		
	Cachoeirinho		
	Kâkarê		
	Sucupira		Brejo Verde
	Aldeinha		Rio Preto
	Ktêpo		Brejão
	Monte Sião		
			Mrãikretó
Morrinho	Brejinho		
Morrão	Rio Sono		
Cabeceira da Água Fria	Rio Preto I		

Fonte: CIMI de Tocantínia (2021).

O antigo espaço ocupado pelos Xerente se estendia do rio Lageado até a Serra do Carmo. De lá seguia em linha reta para a cabeceira do Rio negro. Depois cortava o córrego Lava saco, atingindo o Rio Pedra de Amolar e o Rio Mansinha. Descendo para o córrego perdeu a Cangaia, chegava até a cabeceira do ribeirão Manoel Alves Pequeno, atravessava o Rio Tocantins e abrangia a Barra do Pau Seco, até a cabeceira, do Gurdureira. Do Rio Araguaia se chegava à Barra do Araguaia se chegava à Barra do Araguacema, Barra do Coco, e à Barra do Rio Santa Luzia que fica acima da atual do Lajeado.

2.4 Conflitos e lutas pelo Território

Ao longo do tempo, há conflitos em disputas de terras e lutas entre indígenas e fazendeiros. Os povos precisam preservar e valorizar as suas culturas, como é o caso do povo Akwẽ que até hoje vem preservando muito suas origens, cânticos, danças, pinturas, línguas, mitos, etc. Os anciões contam que as antigas Aldeias Xerente tinham aldeias em Dianópolis, Porto Nacional, o local da atual capital Palmas e Lajeado. Do outro lado do Tocantins Miranorte, Rio dos Bois, Morro Perdido em ambos os lados do Rio sono: Pedro Afonso, Rio Sono, Rio Negro além do rio Piabanha atual Tocantínia.

Os anciões comentam que é muito importante preservar e conhecer e demonstrar a cultura inserida no território e também os mais jovens precisam conhecer as consequências do avanço do agronegócio no Território Xerente. Ao longo tempo os Xerentes vêm resistindo e defendendo o seu território das as ameaças dos não indígenas. O impacto provocado pelo avanço agronegócio no município de Pedro Afonso proximidade das terras Xerente causou e vem causando mudanças para as atividades de caça e pesca que ficaram muito reduzidas em função do desmatamento. E os cerrados, rios, córregos, campos e florestas estão sendo ameaçados, o que pode comprometer o futuro do território e a próxima geração poderão não ter oportunidade conhecer a riqueza da Natureza. Colocar ao conhecimento dos jovens Xerente, sobre os impactos ambientais, sociais e cultural causado pelo avanço da atividade econômica da monocultura na região, é um dos objetivos do projeto de pesquisa.

Foram entrevistados alguns anciões e leituras bibliográficas sobre das Aldeia antigas as Aldeias como as Aldeias Porteiras (Nrõzawi), Rio do Sono (Ktêkakâ) e do Funil (Sakrêpra) são bastante antigas quando comparada à maioria das aldeias existente no território Xerente. A primeira instalação da Aldeia Porteira ocorreu entre 1910 e início da década de 1920, em localidade não muito distante da atual, próximo à Barra do Ribeirão Porteira a uns 15 km de distância da cidade de Tocantínia. Essa Aldeia foi extinta porque sua população começou a muda para o entorno de um Posto Indígena construído às margens do Rio Tocantins. A nova Aldeia Porteira está localizada à margem direita do Rio Tocantins, desde a década de 1960. Onde os Xerentes já moraram.

Nosso povo Akwẽ Xerente viveu antigamente em muitas localidades, ocupando um vasto território que se estendia além do Rio Tocantins e Rio Sono. Existem registros dessa ocupação a partir de 1725, época dos Aldeamentos. Havia aldeias Akwẽ Xerente/Xavante nas seguintes regiões. (Marãwě.)

Mapas das primeiras e antigas aldeias Xerentes no Tocantins e a formação do território originário/imemorial:

S. Jose do duro (Dianópolis) – Sdarã Zawre

Porto Nacional – Krirã

Canela/Palmas / Capital- Ponishu hu

Lageado – Zú Kâ

Miranorte – Wdêttê kâ

Rio dos Bois – Kêkrsu

Morro Perdido – Aptomhu

Tabocão – Arbo Nikbo hu

Espaneira – Nrôzawre Kâ

Santa Cruz- Pakre

Tabuada – Kâwakmôzdawa

Fonte SPI 1940

De acordo com autores Samuru Tikwa Sôpre Wdêkruwe Sowenko Wakuke Romkre o serviço de Proteção aos Indígenas S.P.I, chegou na década de 1940 para dar assistência ao nosso. Instalou do posto Xerente: um na Aldeia Rio do Sono e outro na Aldeia Porteira. Alguns não indígenas, principalmente os antropólogos que entravam nas Aldeias, denunciavam as péssimas condições de vida dos Xerente. Por isso foi escolhida uma pessoa sábia para liberar as Aldeias que foi, então, o chefe Otaviano. Quando ficou velho, cada comunidade voltou a escolher o seu próprio cacique.

Anos mais tarde, por volta de 1960, o SPI foi extinto e instituíram a fundação Nacional do Índio (FUNAI) para controlar as Aldeias segundo as normas do Governo. Após muitas lutas e grandes, conflitos Terra Xerente, foi finalmente demarcada. Depois que a terra foi demarcada, o povo passou a viver com mais tranquilidade. Desde a demarcação do território os nossos antepassados viviam muito tranquilo, não tem tanta preocupação com invasões, os nossos filhos e nós mesmo podemos viver livre, anda mais vontade de caçar e pescar. Hoje em dia o nosso jovem não está mais preocupado com o território, principalmente os jovens estão cada vez mais desmatando território e com entradas de não indígenas fica mais difícil. E jamais podemos esquecer do nosso ancião que já ser foram, que não estão mais presentes conosco onde eles lutaram muito, para que

o território Xerente seja demarcada e precisamos muito repassa a importância do território para os nossos jovens e, no futuro os nossos filhos e netos não vão ver a riqueza da natureza no Território Xerente. Apesar de habitamos em território nos anos anteriores o nosso antepassado não tinha tranquilidade por que onde eram pressionadas pelos não índios por causa da terra, com frequência aconteciam os conflitos, pois a área sempre invadido pelos fazendeiros, seus gados e posseiros.

3 CAPITULO II - OS GRANDES EMPREENDIMENTOS EOS IMPACTOS TERRITORIAIS

3.1 Grandes Empreendimentos e o Território Xerente

Atualmente a visão de mundo Xerente tem sido confrontada pelo discurso desenvolvimentista expresso pelos inúmeros empreendimentos econômicos que cercam o território Akwe. Ilhados em meio a grandes áreas cultivadas pelo Projeto PRODECER III (com financiamentos do governo japonês). Os antropólogos e os sociólogos dizem que nos anos 1950, as frentes de deslocamento da população “civilizada” e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, são conhecidas como frente de expansão. Para Darcy Ribeiro, as frentes na Amazônia constituem fronteiras civilizatórias. Frente de expansão é conhecida por antropólogos, historiadores e sociólogos. Está expressa à concepção de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira: não leva em conta os índios, mas tem como referência o empresário, o fazendeiro o comerciante, e o pequeno produtor moderno e empreendedor, (MARTINS, 1997). Seja o avanço da atividade econômica ou como querem os antropólogos que estão preocupados com os impactos da expansão branca sobre a população indígena (cultura), constituem a preocupação deste projeto em analisar. A frente do avanço agrícola mecanizada é que provocou vários impactos sócios territoriais na comunidade indígena dos Xerente. Sabemos que as práticas tradicionais de agricultura no estado: a agricultura indígena, a quilombola e a camponesa são experiências históricas de cultivo de produtos agrícolas que sempre alimentou o povo brasileiro. Entretanto, esta realidade pode ser comprometida com as atividades agrícolas de cunho para exportação que para sua expansão depende de vastas áreas desmatadas e aplicação de agrotóxicos, comprometendo também a sustentabilidade da biodiversidade e da cultura tradicional. Aceleraram o processo de aculturação das comunidades tradicionais em função do desencadeamento do processo de desterritorialização das comunidades tradicionais como a do Xerente. Este processo de modernização no campo iniciado em Pedro Afonso foi o Pontapé inicial para desencadear os impactos sócios territoriais nos territórios indígenas da região. A comunidade indígena dos Xerente foi diretamente impactada por esse processo de modernização na região. Em outras palavras, nos municípios próximos na região de Pedro Afonso como de Bom Jesus, de Tupirama, de Santa Maria, de Guaraí, de Itacaja, Goiatins e Tocantínia desencadeou-se um processo de modernização no seu espaço agrário e, em consequência, os impactos sócios territoriais

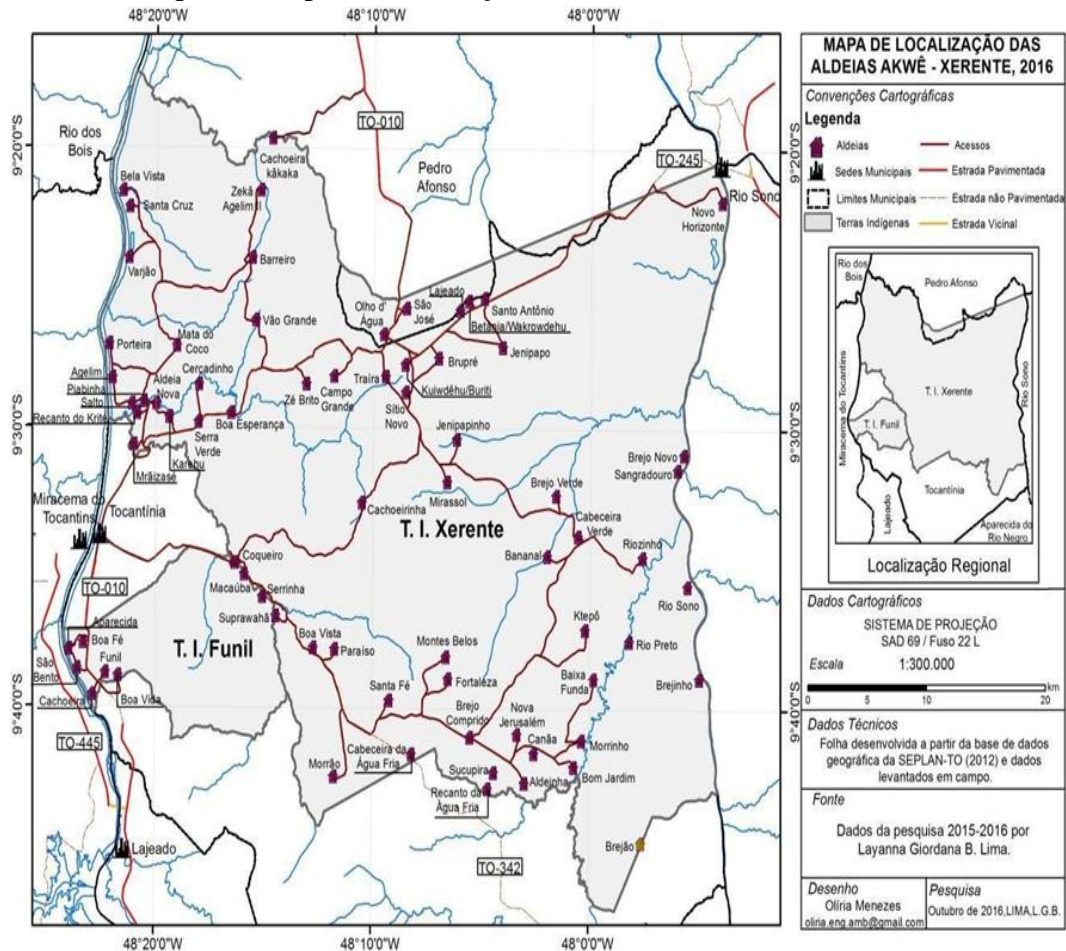
nas comunidades tradicionais e camponesas apareceram. Em Tocantínia onde está situado as terras indígenas Xerente, estes impactos sócio territoriais, tomaram visibilidade. Os impactos sócios territoriais se traduzem na perda de identidade da comunidade, na perda e destruição da reserva natural, comprometimento da caça e pesca.

Ao longo dos anos o povo Akwẽ sempre vem resistindo dos não indígenas atualmente os grandes produtores estão cada vez mais situados no limite do Território Xerente principalmente como soja, os aviões estão sempre voando ao redor da aldeia jogando veneno nas plantações. Sabemos nas histórias dos anciões o meu povo Akwẽ Xerente não habitava o território Tocantinense, uma vez que migraram da região Nordeste do Brasil em busca de cursos de água regular e outros etc.

Autodenominado Akwẽ (que significa “gente importante” juntamente com os Xavante (autor referenciado A’we) de Mato Grosso, constituem um dos ramos centrais de língua Jê. Como muitos estudiosos apontam que, muito provavelmente, o termo Xerente atribuído a essa etnia por não índios, com objetivo de diferenciá-lo de outros grupos étnicos, como os Xavantes.

O povo Akwẽ-Xerente localiza-se na região Norte do Brasil no atual estado do Tocantins, à margem direita do Rio Tocantins no município de Tocantínia, a 75 quilômetros ao norte de Palmas, capital do Estado. Segundo dados da Funasa disponibilizados em 2010, sua população estimada é de pouco de 3.100 pessoas. Ocupa as áreas indígenas denominadas T.I. Xerente (delimitada pelo decreto 71.107 de 14/09/72, demarcada pelo decreto 79.999 de 8/01/76 e homologado pelo decreto 97.838, de 16/06/89, com extensão de 1697.542, 105 hectares) e a T.I. Funil (delimitada pela portaria 1.187/IEI/82 de 24/02/82 e homologado pelo decreto 269 de 29/10/91, com extensão de 15.703.797 hectares), totalizando 183.245,902 hectares, (MELO, 2010).

Mapa 3 – Mapa de localização das aldeias Akwê Xerente



Fonte: Lima 2016

O território Xerente - composto pelas Terras Indígenas Xerente e Funil que se localiza no cerrado do Estado do Tocantins, na porção leste do rio Tocantins. A cidade de Tocantína, localizada entre as duas terras, tem sido, ao longo desse século, palco de tensões entre a população local não-indígena e os Xerente. Desde a fundação do Estado do Tocantins, em 1989, seu território é foco das atenções regionais (e nacionais) devido a sua localização estratégica. Encontra-se atualmente rodeado de projetos de desenvolvimento incentivados pelos governos federal e estadual, em parceria com a iniciativa privada.

Com a implantação deste projeto, as terras do município de Pedro Afonso vão aparecer nas políticas de planejamento e desenvolvimento como área de avanço tecnológico na agricultura, isto significa dizer que as áreas destinadas à monocultura da soja e cana de açúcar, ou seja, áreas especificamente “preparadas” para investimento de capitais internacionais e nacionais com o objetivo de alavancar o processo de desenvolvimento regional. Entretanto, o modelo de desenvolvimento implantado pelas

políticas públicas de investimentos juntamente com o capital interno e externo, implica em outras condicionalidades territoriais. Dentre as quais, podemos citar a de territorializar “novas” relações de produção globais e desterritorializar “velhas” relações de produção local desencadeando impactos territoriais na região. Esta frente impactou diretamente as terras dos indígenas Xerente. Os impactos territoriais de desdobram em impactos sociais, ambientais e étnicos.

O território Xerente está cercado de projetos de grandes lavouras mecanizadas e outros empreendimentos, como barragens e usinas hidrelétricas. A isso soma-se a proximidade com áreas urbanas, como Tocantínia. É natural, portanto, que cotidiano, o modo de vida e as atividades que tradicionalmente garantem a sobrevivência da etnia, assim como seus saberes tradições ancestrais, venha sendo afetados. Como outros povos brasileiras, os Xerente, destes anos anteriores sofram drásticas reduções demográficas, uma vez as terras que passaram a ocupar desde aquele tempo encontravam-se em áreas de expansão da pecuária.

A resistência dos Xerente diante de tanta adversidade tem sido fundamental para esse o grupo indígena preserve sua identidade, que se manifesta por meio de rituais, desenhos corporais, cânticos e festas, que, de uma maneira geral, revelam uma profunda interação com natureza. Desde a criação do estado do Tocantins, os territórios habitados pelos Xerente, por estarem no caminho das grandes frentes de expansão econômica aos grandes empreendimentos hídricos, têm sido sofridos pressões externas.

E sem dúvida, pode-se afirmar que nos últimos cem anos, a tensão crescente entre os indígenas e os Xerente se agudizou, ao mesmo tempo em que a resiliência dessa etnia- em que pese a perda de muitas suas tradições- tem sido capaz de lhe garantir direitos ancestrais sobre seus territórios.

3.2 A Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (Lajeado) e o PROCAMBIX.

A UHE- Lajeado- TO é a primeira hidrelétrica Brasileira privada, construída e atingiu o Povo Xerente ribeirinhos e cidade como Palmas e Porto Nacional e região. De acordo com Negreiro (2016, p. 78), a previsão do capital utilizado na construção da UHE- Lajeado foi de uma receita de 170 milhões de reais por ano sendo que, da energia produzida, estabeleceu-se que 20 por cento se destinariam, a ficar no estado do Tocantins, e o restante, 80 por cento se destinariam ao mercado nacional através do sistema Norte-Nordeste, Centro-Oeste e Sul- Sudeste. A obra foi orçada em R\$ 1,2 bilhão. A concessão

para exploração da energia em Lajeado foi de 35 anos, para que, 8 anos, o valor da obra fosse resgatado.

O período de construção da hidrelétrica de Lajeado foi de transtorno, conforme afirma (De PAULA,2000), devido à implantação de programas mitigadores e compensatório relacionadas aos impactos ambientais e sociais sobre as TIs Xerente. Logo no início de sua construção, a Investico S.A foi responsável pela construção da hidrelétrica e planejamento das medidas. Dentre suas atividades, estava a construção e a reforma de três enfermarias no PIs Xerente. A partir de 1988, diz o autor já havia uma imensa discussão opondo os Xerente da “Área Grande” aos da área “Funil”, que se achavam prejudicados, já que a enfermarias existente na TI Funil ia ser “apenas” reformadas enquanto seriam construídas novas enfermarias em dois Postos Indígenas (PIs) da Área Grande (PIs) do Rio do Sono e Mirassol). As reclamações eram de que os maiores impactos Hidrelétrica ocorreriam sobre a TI Funil, fronteira com município de lajeado (DE PAULA, 2000).

Após a construção de lajeado, visando atenuar os problemas com os Xerente pelos impactos de sua construção, foi criado o Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX). O convenio foi firmado em 2001, com orçamento de 10 milhões. Um montante de 105 mil investido em projetos ao longo de oito anos, em programas que garantisse sustentabilidade do povo Akwẽ Xerente. A administração do recurso ficou a cargo dos Xerente e da FUNAI.

A implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Lajeado, Luís Eduardo Magalhães, mais conhecida como Usina de Lajeado Tocantins iniciada a construção da barragem nos anos 1990 a obra foi concluída no ano 2001, onde vem provocando impactos sócios onde o povo Akwẽ Xerente sofreu impactos nos rios prejudicando o plantio e cultura em área de vazante dificultando a pesca no rio Tocantins Kâwawẽ. Se perceber que na comunidade, as roças de vazantes, a construção da usina gerou o desaparecimento das áreas de plantio nas margens do rio, a diminuição de peixes; e uma também teve criação de pequenas aldeias. E com antes de Lajeado, existiam menos de 60 aldeias, e após da implantação da barragem, esse número aumentou bastante, e a cada dia que passa são criadas aldeias dentro de território Xerente. E atualmente são mais de 100 aldeias, e algumas aldeias situadas na margem direita do rio Tocantins.

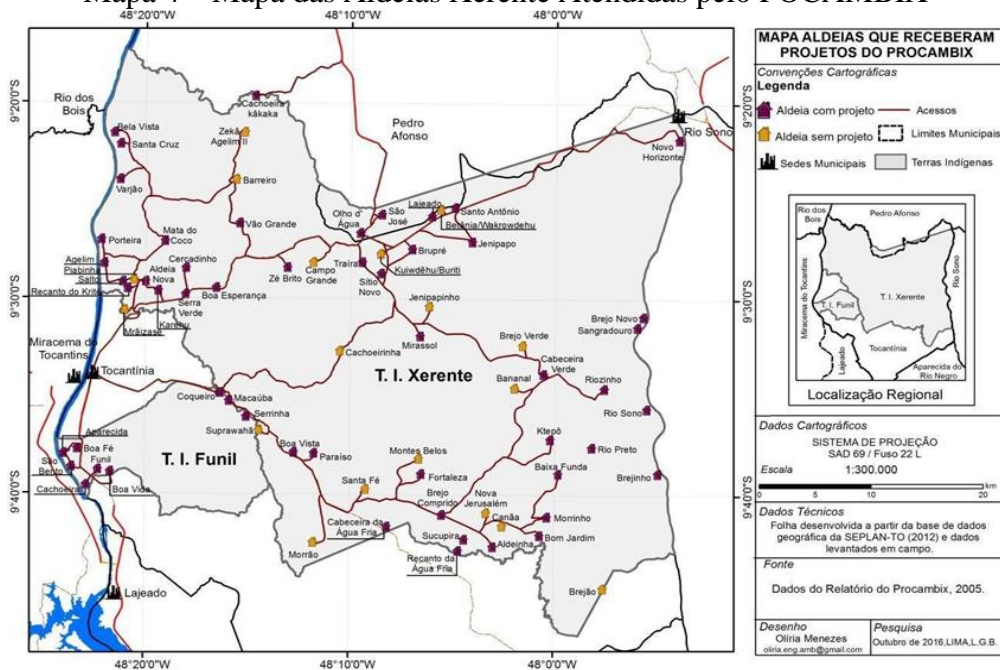
E os demais se localizam nas proximidades do rio Sono e em outras áreas do território. Quando foram criados a associação o povo Akwẽ indenizados como conhecemos do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX), que

realizou de quatorze projetos. No entanto, a boa parte destes projetos os anciões não concordaram por que não eram voltados como eles queriam, e não tiveram sucesso, as aldeias que receberam o benefício dentro das suas aldeias.

No Tocantins há diversos povos indígenas. Estes povos foram e são impactados pela cultura do capitalismo Ocidental. Principalmente com os grandes projetos de desenvolvimento regional como a rodovia 153, a ferrovia Norte-Sul e as hidrelétricas e atualmente, o agronegócio. A Hidrelétrica de Lageado, por exemplo, provocou impactos sociais e ambientais no território do povo Indígena Xerente. Do ponto de vista das políticas ambientais, alguma coisa já tem sido feita com o território Xerente. Segundo Lima, (2016) a Investco, Funai e representantes indígenas assinaram o termo de compromisso que resultou na construção do PROCAMBIX, cuja execução se deu a partir de 2002 e envolveu outros órgãos como o Ministério Público Federal e a o Naturatins.

O impacto provocado pela Usina Hidrelétrica do Lageado, na proximidade de nossas terras, causou mudanças para nós nas atividades de caça e pesca que ficaram muito reduzidas. E atualmente a fartura que tinha não existe mais, e as chuvas têm sido prejudicados por causas da barragem sobre rios e córregos, cujo volumes de água vem diminuído rapidamente, trazendo consequência negativas para o plantio das roças e das vazantes. Mas não dá ainda para se calcular os prejuízos e pela frente se construir as hidrelétricas a consequência será bem maior uma destruição total de tudo o que ela é sagrada, a nossa terra.

Mapa 4 – Mapa das Aldeias Xerente Atendidas pelo POCAMBIX



Fonte: Lima (2016).

No mapa podemos visualizar as aldeias atuais que receberam os projetos do PROCAMBIX, destacando-se apenas as aldeias que tiveram a realização dos projetos. Segundo Lima (2016), a partir PROCAMBIX, os Akwẽ-Xerente com os movimentos sociais com atuação na região, passaram a requerer alguma compensação pelas mudanças que afetavam diretamente os seus modos tradicionais de viver. Esse programa elencou como uma de suas ações imediatas a realização de um diagnóstico étnico-ambiental, cujo trabalho foi realizado por pesquisadores ligados à ONG Operação Amazônia Nativa (OPAN) e ao Grupo de Estudos da Região Amazônica (Gera), instituições indicadas e selecionadas pela Funai. Foi a partir deste diagnóstico que se elaborou o documento contendo as linhas gerais do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX).

O PROCAMBIX – Programa de Compensação Ambiental Xerente foi desenvolvido para indenizar a população indígena Akwẽ-Xerente, localizada predominantemente à margem direita do rio Tocantins, atingida pela Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que provocou profundas mudanças na forma de vida dessa população. Para Lima (2016), o PROCAMBIX esteve relacionado com a proteção do meio ambiente, incluindo o projeto de zoneamento da terra indígena que pretensamente objetivava a capacitação dos índios para as práticas conservacionistas, de monitoramento e preservação ambiental de seu território. Práticas estas como a piscicultura, bananicultura e apicultura.

Segundo a referida autora, outro aspecto que gerou muitas tensões entre os indígenas, refere-se à seleção dos indígenas para a composição do Conselho Gestor do PROCAMBIX, formado por seis representantes indígenas, e um membro das seguintes instituições: Ibama, Investco, Funai, Naturatins, Ministério Público Federal e Sociedade Civil. Entretanto, os impactos sociais e culturais nos territórios indígenas oriundos pelo avanço do desenvolvimento de uma agricultura comercial não ainda há uma política direcionada para a diminuir esses impactos. E o que é pior, esses impactos vem aumentando a cada dia. O impacto provocado pela Usina Hidrelétrica do Lajeado, na aproximadamente de nossas terras, causou mudanças de caças e pesca que ficaram muito reduzida. Acabou- se fartura que existia, por causa da barragem sobre rios e córregos, cujos volumes da água vem diminuindo rapidamente trazendo as consequências negativas para o plantio de roça e das vazantes. Mas ainda o povo Akwẽ se lembra muito bem como era antigamente no antes da barragem, muitos pescavam até mulheres gostavam por que tinha há muita fartura e hoje a gente ver como é difícil entender a cultura do capitalista,

onde o povo Akwẽ foi inserido e com isso no mundo que vivemos estamos com risco muito grande de perde o rio e é uma consequência deixada nunca será recuperada e cada dia que passa, o volume da água No Tocantins há diversos povos indígenas.

Estes povos foram e são impactados pela cultura do capitalismo Ocidental. Principalmente com os grandes projetos de desenvolvimento regional como a rodovia 153, a ferrovia Norte-Sul e as hidrelétricas e atualmente, o agronegócio. A Hidrelétrica de Lajeado, por exemplo, provocou impactos sociais e ambientais no território do povo Indígena Xerente. Do ponto de vista das políticas ambientais, alguma coisa já tem sido feita com o território Xerente. Segundo Lima, (2016) a Investco, Funai e representantes indígenas assinaram o termo de compromisso que resultou na construção do Programa de Compensação Ambiental Xerente – PROCAMIBX, cuja execução se deu a partir de 2002 e envolveu outros órgãos como o Ministério Público Federal e a o Naturatins.

Segundo Lima (2016), a partir do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX), os Akwẽ-Xerente com os movimentos sociais com atuação na região, passaram a requerer alguma compensação pelas mudanças que afetavam diretamente os seus modos tradicionais de viver. Esse programa elencou como uma de suas ações imediatas a realização de um diagnóstico étnico-ambiental, cujo trabalho foi realizado por pesquisadores ligados à ONG Operação Amazônia Nativa (OPAN) e ao Grupo de Estudos da Região Amazônica (Gera), instituições indicadas e selecionadas pela Funai. Foi a partir deste diagnóstico que se elaborou o documento contendo as linhas gerais do Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMIBX).

O PROCAMBIX – Programa de Compensação Ambiental Xerente foi desenvolvido para indenizar a população indígena Akwẽ-Xerente, localizada predominantemente à margem direita do rio Tocantins, atingida pela Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que provocou profundas mudanças na forma de vida dessa população. Para Lima (2016), o PROCAMBIX esteve relacionado com a proteção do meio ambiente, incluindo o projeto de zoneamento da terra indígena que pretensamente objetivava a capacitação dos índios para as práticas conservacionistas, de monitoramento e preservação ambiental de seu território. Práticas estas como a piscicultura, bananicultura e apicultura.

Segundo a referida autora, outro aspecto que gerou muitas tensões entre os indígenas, refere-se à seleção dos indígenas para a composição do Conselho Gestor do PROCAMIBX, formado por seis representantes indígenas, e um membro das seguintes instituições: Ibama, Investco, Funai, Naturatins, Ministério Público Federal e Sociedade

Civil. Entretanto, os impactos sociais e culturais nos territórios indígenas oriundos pelo avanço do desenvolvimento de uma agricultura comercial não ainda há uma política direcionada para a diminuir esses impactos. E o que é pior, esses impactos vem aumentando a cada dia. O impacto provocado pela Usina Hidrelétrica do Lajeado, na aproximadamente de nossas terras, causou mudanças de caças e pesca que ficaram muito reduzida. Acabou-se fartura que existia, por causa da barragem sobre rios e córregos, cujos volumes da água vem diminuindo rapidamente trazendo as consequências negativas para o plantio de roça e das vazantes. Mas ainda o povo Akwẽ se lembra muito bem como era antigamente no antes da barragem, muitos pescavam até mulheres gostavam por que tinha há muita fartura e hoje a gente ver como é difícil entender a cultura do capitalista, onde o povo Akwẽ foi inserido e com isso no mundo que vivemos estamos com risco muito grande de perde o rio e é uma consequência deixada nunca será recuperada e cada dia que passa, o volume da água está diminuído.

3.3 PRODECER III em Pedro Afonso o plantio extensivo da cana e seus impactos no território Xerente.

Realizei entrevistas com os anciãos e jovens sobre seus conhecimentos da natureza e respeito com relação do impacto agronegócio próxima aldeia Xerente e aspectos da tradição cultural do povo Akwẽ-Xerente. O povo Xerente já sentira da agricultura não enfreada e pode afeta a identidade cultural, como por exemplo. Dasĩpsê (Festa cultural). Durante essas entrevistas foram encontradas as mesmas concordâncias nos discursos. Segundo anciãos, me disseram que é muito importante preserva conhecer e demonstra a cultura inserido nesse território e também os mais novos precisam conheceras consequências do avanço agronegócio na fronteira entre o Território Xerente. Somos o povo Akwẽ Xerente. Temos uma reserva territorial demarcada em 1972, entre os Rios Tocantins e Sono, ao longo tempo os nossos antepassados enfrentavam os conflitos e defendia os territórios onde era pressionados pelos não índios por causa da terra A terra foi demarcada em 1972, mas hoje não estão respeitando por que é última fronteira agrícola. Entretanto. O impacto provocado pelo avanço agronegócio no Município de Pedro Afonso proximidade de nossas terras causou mudanças para nossas atividades de caça e pesca que ficaram muito reduzidas. E o cerrado rios córregos campos e florestas Serra como nossa população que está crescendo rapidamente e a terra ficou em vista do futuro, se nós Akwẽ não tive cuidado do nosso território maravilhoso um dia

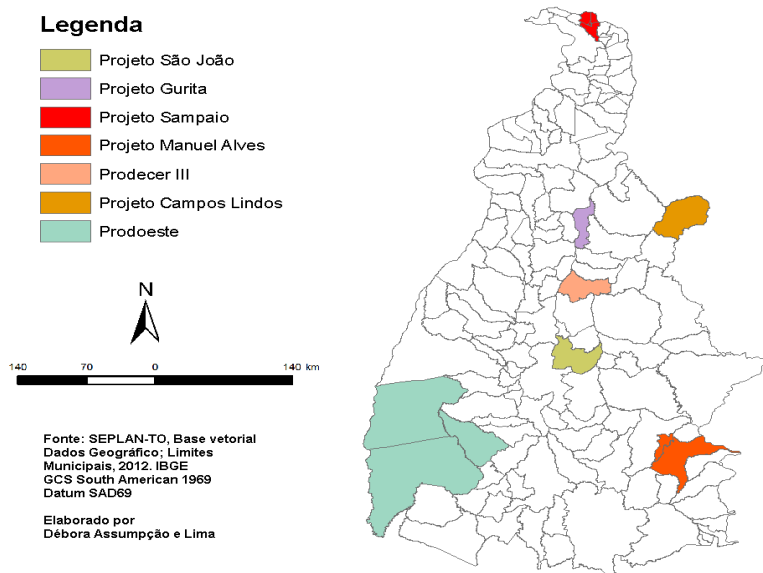
poder acabar os territórios Xerente e nossos filhos e netos não vão ter oportunidade conhecer a riqueza da Natureza.

Segundo anciãos, me disseram que é muito importante preservar e conhecer e demonstra a cultura inserido nesse território e também os mais novos precisam conhecer as consequências do avanço agronegócio na fronteira entre o Território Xerente.

Temos uma reserva territorial demarcada em 1972, entre os Rios Tocantins e Sono, ao longo tempo os nossos antepassados enfrentavam os conflitos e defendia os territórios onde era pressionado pelos não índios por causa da terra. No entanto a terra foi demarcada em 1972 mais hoje não estão respeitando por que é última fronteira agrícola.

O impacto provocado pelo avanço agronegócio no Município de Pedro Afonso proximidade de nossas terras causou mudanças para nossas atividades de caça e pesca que ficaram muito reduzidas. E o cerrado rio córregos campos e florestas cerram como nossa população que está crescendo rapidamente e a terra ficou em vista do futuro, se nós Akwẽ não tivermos cuidado do nosso território maravilhoso um dia poder acabar o território Xerente e nossos filhos e netos não vão ter oportunidade conhecer a riqueza da Natureza.

Mapa 5 – Projetos de Agricultura Moderna no Tocantins



Fonte: Fonte: Sítio Gov.TO (2011).

Podemos dizer que o Pedro Afonso é apontado como um dos municípios que mais se desenvolvem economicamente no Tocantins. Com as empresas instaladas nas cidades vem gerando emprego, mas esse desenvolvimento não é recente, em 1996 com a

implantação do Programa de cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos cerrados (PRODECER III).

O PRODECER III, portanto, foi concebido para o plantio de grão em uma área de aproximadamente mais de 50 mil hectares principalmente para atender o mercado externo. A implantação representa o grande avanço no desenvolvimento com finalidade de aproveitamento dos recursos naturais e crescimento da economia e da qualidade no estado.

Tabela 2 – Projetos executados com recursos do PRODECER de 1978 a 2005

Estado	Área Total (ha)	Investimento (US\$)	Famílias beneficiadas	Investimento por colono	Fase do Prodecer
MG	151.250	239.000.000	270	884.185	I e II
MS	22.000	26.000.000	56	464.285	II
MT	35.320	50.000.000	79	632.911	II
GO	30.000	50.000.000	85	558.235	II
BA	31.430	67.000.000	86	779.069	II
TO	40.000	69.000.000	41	1.682.926	III
MA	40.000	69.000.000	40	1.725.000	III
	350.000	570.000.000	657	867.579	

Fonte: RODRIGUES *et al.* (2009).

O Prodecer III no Tocantins e Maranhão foi implantada no estado do Tocantins no município de Pedro Afonso e estado Maranhão, região gerais do de Balsas. Em Pedro Afonso, esses Programas foram aplicados, mediante metodologias semelhantes às fases anteriores, com a coparticipação de recursos financeiros Japonês e brasileiro. Segundo Silva (2010), p, 95, nessa última etapa do programa, 60% dos recursos foram provenientes do Japão e 40 % do Brasil (30% do tesoureiro Federal e 10% dos agentes financeiros privados). O total de recursos previstas era da ordem de 140 milhões de reais para o Maranhão e Tocantins. É previsto é fundamental analisar que esses percentuais foram alterados, ao longo das três etapas do Prodecer (OLIVEIRA, 2017).

Em Pedro Afonso, atualmente, funciona a cooperativa Agrícola de mesmo (COOPA). A princípio, a Cooperativa selecionada para organização do Prodecer III, foi a cooperativa Agropecuária Mista de São João Ltda (COOPERSAN), após ter sido avaliado pela mesma empresa Campo, Ministério da Agricultura e Banco do Brasil responsável pela parte de cadastramento. Dado que essa cooperativa entrou em dificuldade financeiras e, conseqüentemente, os produtores e instituições bancárias,

culminando em sua liquidação, com isso, os produtores e instituição bancária, culminando em sua liquidação, com isso, os produtores se reuniram em associações e, posteriormente, criaram a COOPA.

O projeto de desenvolvimento do cerrado – Prodecer III – é responsável pela eliminação de grande parte do cerrado para o plantio de soja, trazendo poluição para as águas e grandes prejuízo para a fauna e flora. O povo Akwë Xerente e as brigadas Xerente se empenha em conscientizar a comunidade local sobre os problemas das queimadas que prejudicam a natureza e atmosfera, que pode contribuir para o aquecimento global. A chegada da empresa agroindustrial BUMGE no município em 2007 com início das operações em 2011 é a novidade maior depois do empreendimento do PRODECER III, em 1995. O histórico da referida empresa já é do conhecimento de muitos. Assim, justifica inserir sua trajetória no mundo e no Brasil cuja intenção principal é situar o município de estudo nessa relação.

A empresa multinacional BUNGE é de origem holandeses, fundada em 1818, na cidade de Amsterdã como nome Bunge Co. O comerciante fundador, Johannpeter G. Bunge, era Alemão e comercializava grãos provenientes das colônias holandeses. A convite do rei, do recém-criado Reino de Bélgica, a Bunge instala-se em Antuérpia, em 1859. Inicia negócios na Ásia e África. Já sob o comando de Edouard Bunge, Neto do Fundador (BUNGE, 2012).

Em 1884 muda-se para a Argentina, onde outros sócios, cria uma empresa coligada com o nome de Bunge y Born, com objetivo de participar do mercado de exportação de grãos do país (BUNGE, 2012). Hoje, a Bunge Limited é uma empresa global, com sede em White Plains, Nova York, líder do Agronegócio e produtos alimentícios, com aproximadamente 35.000 funcionários em mais de 40 países” (LIMA2014). Em 1905, a empresa A Bunge iniciou seus negócios no Brasil, com participação minoritária do capital do S. A. Moinhos Santistas Indústrias Gerais empresa de compra e moagem de trigo de Santos, São Paulo.

Em 1923, a Bunge compra a empresa Cavalcanti & Cia., em Recife (PE), que resultou na formação da Sanbra, posteriormente denominada Santista Alimentos. Em 1938, passa a comercializar fertilizante, com constituição da Serrana S.A. de Mineração. Em 1997, a Bunge compra a IAP, empresa tradicional do ramo de fertilizante, que posteriormente incorpora a Ouro Verde e a Manah. No ano de 1997, foi adquirida a empresa líder no processamento de soja e produção de farelo e óleo a Ceval Alimentos (BUNGE, 2012).

Em 2007, adquiriu a usina de cana de açúcar em Santa Juliana (MG). Em 2008 assume o controle da usina Mondeverde em Pontaporã (MS) e inicia a construção de uma terceira usina em Pedro Afonso (TO). Em 2010, a empresa vendeu a sua área de mineração de nutrientes para fertilizantes a Vale e adquire a Moema Par holding, com cinco usinas de cana de açúcar, localizadas em São Paulo e Minas Gerais (BUNGE, 2012).

E ser percebe que vegetação vem reduzida os peixe e animais e vão desaparecendo e ao passando tempo muitos desses correm o risco de extinção. E o mais jovem precisam muito preserva, o solo do no território, utilizando o sistema de roça de toco que é sistema rotativo de plantação para que que haja recomposição natural do solo e da vegetação, na posição norte do Território Xerente Advindo da introdução da cana de Produção no Município de Pedro Afonso. Atualmente são 7 aldeias diretamente impactados localizados no limite do território Xerente as aldeias Olho da Água Akehu São Jose Waktôhu Lajeado Kâtopkuze Betânia Wakrowdêhu e Santo Antônio durante a aula campo tive oportunidade de realiza entrevistas, com eles pergunta como eles entende sobre o impacto que vem acontecendo diariamente nas aldeias com cultivo de cana de açúcar.

A Aldeia Olho da Água Akehu localizada há bem próxima do projeto onde tem o cultivo de plantação de cana de açúcar, atualmente tem poucas pessoas, e durante a pesquisa eu tive oportunidade de conhece uma nascente bem perto da aldeia onde eles usam a água para consumo, podemos ver na foto. E das aldeias próximas do Projeto todas elas tem uma nascente, e se a comunidade não fizer alguma coisa eles poder perde e esse riqueza da natureza e as entrevistas realizadas com os moradores não estão muito preocupados, a maiores deles me disseram que é difícil se muda para a outra aldeia ou fazer uma aldeia longe do projeto.

E eu como um jovem Akwẽ precisamos alerta mais rápido possível a comunidade que mora ao redor do projeto para que ser posso fazer algumas coisas, por que para ser viver ali perto não é bom onde existe avião que joga veneno e o vento leva para a aldeia e no futuramente poder haver muitas doenças graves.

Figura 1 – Olho D'água que abastece a Aldeia Akehu na fronteira com Pedro Afonso.



Fonte: org. pelo autor (2023).

3.4 Tradição do Povo Akwë Xerente uma Cultura Ameaçada

Segundo Schroeder (2010), trata-se do século XIX, tanto a experiência dos Akwë Xerente em Tereza Cristina, quanto as suas memórias sobre episódios por eles protagonizados:

Data desse período a memória sobre episódios protagonizados pelos Xerente e que lançam luz sobre sua realidade atual. São eventos ligados à sua civilização, quando se veem diante do dilema entre jogar ou aceitar as coisas do branco (SCHROEDER, 2010, p. 69).

No ano de 1930, Curt Nimuendaju (*apud* SHOERDER, 2006) visitou os Xerente e os descreveu como “de todas as tribos que conheci, os Xerente são os únicos com algum senso de solidariedade racial, transcendendo diferenças linguísticas e guerras tribais. O deus Sol, Waptokwazawre, é o pai de todos os índios”.

Os Xerente conseguiram reverter a situação de quase extinção em relação aos anos do início do século XX. A população cresceu muito ao longo dos anos. Esses indígenas também ficaram conhecidos pela resistência em relação à manutenção da cultura tradicional, principalmente a comunicação em língua nativa. Nos anos 1930, passaram por uma fase que beirava à extinção, como no ano de 1937: —Encontrei os Cherénte em estado lastimável. Desde a minha última visita em 1930, o seu número diminuiu de 500 para pouco mais de 300. Três aldeias das que então havia, não existem mais. Bexiga por toda parte⁹⁰ (NIMUNEDAJÚ, 2000, p. 263).

No Brasil as populações Indígenas Brasileiras, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo demográfico realizada em ano de 2010, foram encontradas 896,9 mil Indígenas, e identificados 305 etnias, das quais a maior é a Tikuna, com 6,8% da população Indígenas. Também foram reconhecidas 270 línguas. A situação social de uso dessas línguas por seus falantes, em seus territórios específicos, no entanto,

é pouco conhecida, mesmo hoje, quando tanto se fala a respeito da perda desses idiomas e da riqueza dos saberes que eles veiculam. Ao decorrer das pesquisas realizadas nas aldeias e leituras bibliográficas foram encontradas muitas histórias, do meu povo Akwẽ como podemos ver os autores Akwẽ que fizeram pesquisa como Samuru Tĩkwa Wdêkruwe Sowenkõ Wakuke e Romkre.

Século atrás entre 1725 e 1775 mais ou menos, nós Akwẽ Xerente, fomos levadas presos para aldeamento em José do Duro, Atual Dianópolis, onde existia a “Missão” dirigida pelos Padres Jesuítas que eram apoiadas pelo Governo de Goiás (Polícia e exercito). Foi uma verdadeira escravidão! Os Akwẽ não tinham nenhuma liberdade, eram forçados trabalhos que não eram do costume do e convivência e com vários povos passavam com a mesma situação como Karajá, Kaiapó, Akroá, hoje extinto, e outros. Os Xavantes e Xacriabá Akwẽ como nós, também faziam parte desses Aldeamentos. Eram obrigadas a aprender a língua dos não índios, sendo proibidos de falar nossa própria língua. Houve até casos de morte, por não aprende a linguagem dos brancos. Nós, Akwẽ, até hoje preservamos, muito a nossa cultura, como nossos cânticos danças, pinturas a língua os mitos e cada vez mais precisamos ser preocupa a valorizada a nossa identidade. Mas alguns povos não conseguiram preservar sua cultura, sua língua, como os Xacriabá, que hoje querendo revitalizar suas raízes.

Os jovens Akwẽ se nós não preparamos a valorizam a identidade no futuro, próximo perderemos as riquezas deixadas pelos anciãos, nas nossas aldeias, por que muitas as vezes a cultura não indígena consideramos a superior a nós. Hoje muitos waptem nõrin estão cada vez mais estudando nas Universidades, e a maiorias deles faz pesquisas na sua comunidade, tendo oportunidade adquirindo novo conhecimento da cultura do seu povo, infelizmente muitas coisas foram perdidas. E hoje poder ser fala que a nossa cultura é riquíssima como também de outras etnias, por isso aprendemos a amar a nossa cultura e a respeitar as outras, e mais uma vez precisamos entender e ensinados para nossos filhos e netos que nem um mundo onde existe os seres humanos não existe cultura superior a outro.

De acordo com Chapazarzane Xerente (2022) na dissertação de mestrado conseguiu entrevista algumas pessoas da sua comunidade os relatos dos mais velhos o surgimento do povo Akwẽ/Xerente, com uma narrativa feita pelo sogro dele, Ribamar Marinho Xerente. Segundo ele, o ancião¹ Jovino Xerente contava assim. “O surgimento do povo Akwẽ/Xerente vem do Sol. Por isso os Xerente reverenciam o sol como o ser supremo (Deus), o maior protetor do povo Akwẽ/Xerente (o Sol a casa de Deus)”.

Portanto as Aldeias que integram as reservas indígenas Xerente e Funil, ocupando 183.542 hectares de área demarcada. Ao longo dos tempos os Akwě enfrentam inúmeras lutas para defender a terra contra invasões e há anos, essa área indígena tem atraído o interesse de diversos pesquisadores em busca de informações sobre a língua, a classificação social, as divisões de gênero e de trabalho. Etnólogos como Nimuenjadú, Lowie, Farias, Lopes da Silva, Ravagnani e outros enveredaram-se pela tradição Akwě

Socio cosmológica dualista nas metades Dói (Sol) e Wahire (Lua), (Antigamente essas metades eram chamadas de Siptatô e Sdacrã), são exclusivas patrilineares e exogâmicas, ou seja, casamentos são realizados entre membros opostos de cada clã. Ainda se identifica cada metades possui três clãs distintas (MELO; GIRALDIN, 2012, p.178).

A divisão dos clãs serve ainda de base para que os indígenas organizem suas aldeias, sendo que:

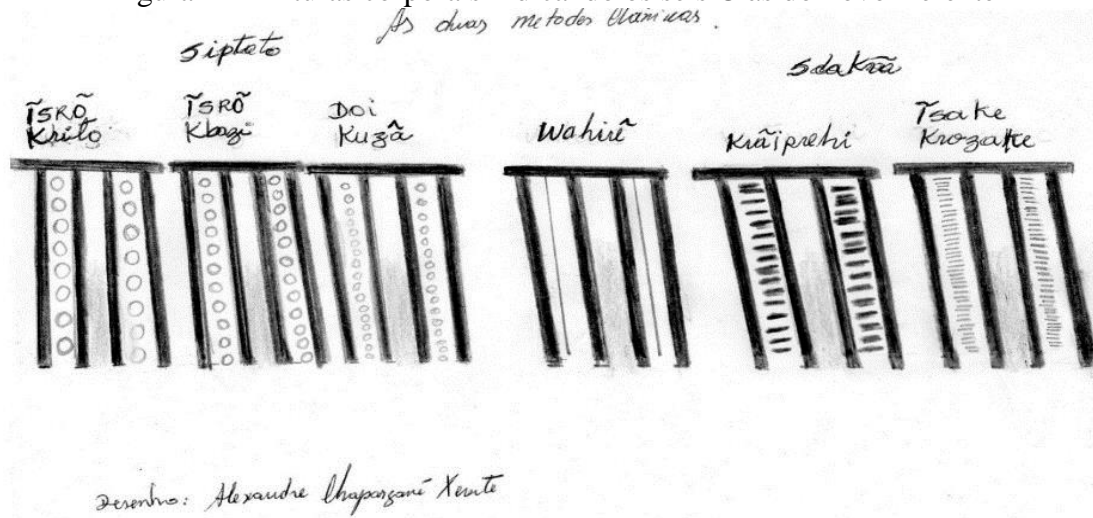
[...] ao norte, ficariam as casas pertencentes aos membros de cada um dos clãs patrilineares da metade Sdacrã; enquanto que, ao sul, aquelas pertencentes aos membros dos clãs da metade Siptatô. Tal arquitetura seria responsável pela disposição simétrica e aposta de quatro pares de chãs, cada par contando com um clã de cada metade. Cada um desses agrupamentos de casa “clânicas” travaria entre si relações especiais, chamando-se mutuamente de Narkwa. Essa ordenação espacial permanente só poderia existir em virtude da regra de resistência patrilocal (uxorilocal apenas no primeiro ano de vida conjugal). Ao centro, estariam o Warã- casa dos solteiros- circundado por locais destinados as reuniões dos membros de cada uma das associações masculinos Xerente-akemhã, krara, anãrôwa e krêrêkmô [...] (NIMUENDAJÚ, 1942 *apud* DE PAULA, 2000, p. 170).

Contudo segundo os anciões as tradições e os rituais ajudam a manter a identidade do povo Xerente. Com isso Akwě não abrem mão daquilo que o caracteriza como um povo diferente. Como expressão de sua cultura para preservar sua língua, os rituais e suas festas tradicionais, principalmente o Dasipê. Os Xerentes mantêm fortes os rituais para manter a identidade, certo disso a pesquisa sobre o cosmos e para fortalecer a cultura, conhecimento tradicional e interpretação ambiental Akwě Xerente.

Assim que surgiram as metades Doí Kunmãtdekwa, e Wahirê, Siptatô e Sdacrã, assim que os anciões contam. As entrevistas realizadas pelo autor ele conseguiu entrevista o ancião, conhecendo da sua cultura, e mais e respeitados da sua região e sem dúvida o autor conseguiu se aprofunda mais nas pesquisas que com certeza o povo Akwě só tem a ganhar. “Hoje sou o mais velho ancião da aldeia funil, estou sempre contribuindo com os conhecimentos aos jovens e comunidade em geral, quando procurado sempre me coloquei a disposição, porque estou muito preocupado com a nossa organização, estamos querendo só o conhecimento do homem branco, temos que saber dividir as duas partes

para assim respeitar os nossos conhecimentos tradicionais que e de grande importância para a vida de todos nós Akwẽ” (KANÕSE, ancião da aldeia Funil). Em seguida podemos ver a apresentação das pinturas clônicas do povo Akwẽ Xerente.

Figura 2 – Pinturas corporais indicando os seis Clãs do Povo Xerente



Fonte: Chaparzane Xerente (2023).

Figura 3 – Pinturas corporais e divisões clônicas (da esquerda para direita: Wahire, Krozake, Kbazi, Kuzã e Krãiprehi).



Fonte: (Juliete Predi Xerente, 2019)

As pinturas corporais de acordo com as divisões clânicas Akwë Xerente, uma apresentação realizada na escola da Aldeia Porteira Nrõzawi sobre as pinturas corporais e Wasiwazê, portanto os anciões fizeram uma apresentação para alunos, assim que hoje temos que fazer, já que o centro não existe mais na memória dos nossos velhos, ainda existem e muito importante, trabalhar isso nas escolas, em festas indígenas Xerente. Durante as leituras bibliográficas do Chaparzane tive privilegio de ler os trabalhos realizadas nos estágios onde ele realizou o seu estágio extraescolar com a importância das pinturas corporais do povo Akwë Xerente. E ao decorrer do tempo nas pesquisas deles foi encontrado o desenho que representa o Warã, conforme foi ouvido, a partir de relato dos anciões. E aqui podemos apresenta o desenho da aldeia com as casas e logo na abertura ao lado, está situado o Warã, lugar em que os jovens do sexo masculino, recebiam a formação para a vida.

Ainda sobre a organização do Warã o ancião continua a falar sobre o aprendizado entre eles. Ressalte-se em sua fala a importância do surgimento do respeito entre eles (wasiwazê), respeito entre os clãs.

Portanto aquele que tem facilidade de aprender rápido, é um dos transformadores para passar os conhecimentos para os seus filhos, aonde também vai contribuir com a transformação dos conhecimentos ao jovem. E aqui na aldeia Funil temos Warã no centro da aldeia aonde quando chamado vou passar todos os conhecimentos que aprendi junto os anciões mais velhos e aqueles que já se foram fez e contribuiu muito com a nossa aprendizagem do nosso povo Akwë.

No Warã os anciões contam que os Akwë, quando fomos descobertos não tínhamos organização, não tinham duas metades clânicas, éramos de todo jeito disse, diziam o ancião, nós não respeitávamos aos outros, nesse tempo casavam com próprio parente, como, mãe, irmã, prima e aí Waptokwazawre disse, vamos organizar, está tudo errado tem que ver uma forma. Daí surgiu respeito (wasiwazê), respeitos entre os clãs e aí surgiram também as duas metades (Chaparzane apud. De PAULA, 2000).

Tabela 3 – Modelo de composição dos clãs segundo Maybury-Lewis 1955/56 e 1963.

Metades	Dói	Wairi
Clãs	1. Kuzâ	1. Wairi
	2. Kbazi	2. Krozaké
	3. Klitó

Fonte: Chaparzane (apud De PAULA, 2000)

Observamos que o quadro apresentado por Maybury-Lewis reflete a situação encontrada por este pesquisador nos anos de 1955-1956 e 1963, portanto quase trinta anos

depois das pesquisas de Curt Nimuendajú, que chegou ao povo Xerente pela primeira vez em 1930 e pela segunda em 1937. Quanto à grafia dos nomes das metades e dos clãs no quadro apresentado Maybury-Lewis observou que o Wairi e o que chamamos de Wahirê e o Klitó conhecemos como Krito.

Na organização das aldeias Xerente no passado, ao centro, já aproximando da abertura do semicírculo, ficava a casa dos solteiros, o Warã. Nela, ocorria a aprendizagem para a vida. Ali recebiam os ensinamentos dos instrutores (Kritãikwa), das duas metades em que se dividia a aldeia. No Warã é que os jovens aprendiam como se relacionar com os outros clãs, como tratar os mais velhos, e ali também aprendiam sobre as responsabilidades que teriam no futuro, como guerreiros.

Nos dias atuais já não é mais possível ver essa organização clânica nas aldeias, mas é possível perceber ainda uma tendência em que as casas de pessoas do mesmo clã estejam próximas (Chaparzane, in De PAULA 2000). As pinturas corporais também são muito importantes na cultura indígena. Elas ajudam a identificar as divisões clânicas, principalmente nas festas ao som do maracá, à noite. Com os encontros entre diferentes aldeias, durante as festas, é importante que os indígenas estejam representados através de seu clã. Dentre algumas das representações da pintura corporal, está a orientação para que não case com pessoas do mesmo clã, pois significa que são parentes próximos.

Nas festas acontecem as nomeações masculinas e femininas, de acordo com as divisões clânicas, o que é muito importante para o respeito dos membros de um clã para com os membros dos outros clãs. Portanto, a organização clânica do povo Akwẽ/Xerente é importantíssima. É o que contribui com a afirmação da cultura indígena, que os anciões prezam e querem transmitir para novas gerações, sobre os conhecimentos adquiridos também quando jovens. Então o conhecimento tradicional é repassado de geração a geração, com algumas modificações, mas ainda muito forte.

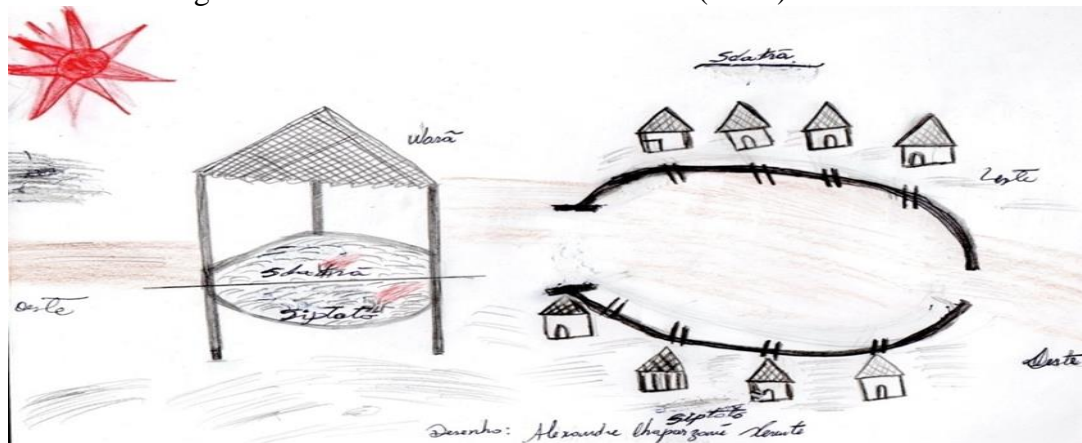
Assim sendo, as festas tradicionais são fundamentais para realizar todas as manifestações do povo indígena Akwẽ/Xerente, onde é transmitido e mostrado na prática como os anciões fazem e mostram a importância da valorização da cultura do seu povo.

Todavia, é necessário, cada vez mais, fortalecer a identidade do povo Akwẽ/Xerente, porque o povo, sem a originalidade, às vezes não é conhecido e reconhecido. E os Akwẽ/Xerente, seguramente, preservam ainda com toda dificuldade. Mas agora, com os pesquisadores indígenas, acreditamos que temos toda possibilidade de, cada vez mais, fortalecer a organização e a cultura do seu povo.

Então vamos valorizar o conhecimento dos anciões Akwẽ/Xerente, eles têm muito

a nos passar, de conhecimentos e estão a fim de transmiti-los. Portanto, vamos aproveitar e deixar escrito e publicado, para ficar para sempre nas escolas de todas aldeias, universidades e instituições que representam os indígenas Akwẽ/Xerente.

Figura 4 – Desenho da casa dos solteiros (Warã) e a Aldeia.



Fonte: Chaparzane Xerente (2023).

Figura 5 – As pinturas da corrida de tora grande (Htamhã e Stêromkwa).



Fonte: Org. pelo autor (2023).

Essas pinturas são realizadas para corrida de tora Grande (Htamhâ e Stêromkwa), e só quando acontece a corrida que pode se faz essas pinturas, em final de festa, as toras são preparadas pelos Danõhuikwa do Dasipê do Povo Akwê.

A corrida de tora grande Ĩsitro que é um tronco de buriti, sempre constitui o encerramento da festa. Na grande festa, as toras que devem ter o mesmo tamanho e peso são preparadas com muito cuidado na véspera pelo mensageiro e são pintados de modo diferente para os dois grupos Htâmha e Stêromkwa. De manhã bem cedinho os homens, divididos em dois grupos, cantam no pátio e se dirigem ao mato onde estão as toras. Num sinal dado por um ancião, dois de cada grupo pega uma das toras correndo em direção à aldeia. O restante corre junto cada qual com sua metade, inclusive para revezar de dois em dois. Quem chega no primeiro no pátio é o grupo vencedor. Logo em seguida formam o círculo, todos cantando e dançando. Com o discurso de um ancião termina a grande festa.

Segundo Schroeder (2010), trata-se do século XIX, tanto a experiência dos Akwê Xerente em Tereza Cristina, quanto as suas memórias sobre episódios por eles protagonizados: Data desse período a memória sobre episódios protagonizados pelos Xerente e que lançam luz sobre sua realidade atual. São eventos ligados à sua civilização, quando se veem diante do dilema entre jogar ou aceitar as Coisas do branco (SCHROEDER, 2010, p. 69). No ano de 1930 Curt Nimuendaju, citado por Schroeder (2006) visitou os Xerente e os descreveu como “de todas as tribos que conheci, os Xerente são os únicos com algum senso de solidariedade racial, transcendendo diferenças linguísticas e guerras tribais. O Deus Sol, Waptokwazawre é o pai de todos os índios” (NIMUENDAJU, 1942, p. 9).

Ao decorrer da pesquisa de campo nas aldeias, realizada no primeiro semestre de 2022, como também já vinha pesquisando, nos dias anteriores com meu povo Akwe facilitou muito para que eu concluísse mais uma etapa da pesquisa indico a seguir as entrevistas que realizei em aldeia.

Entrevistei quatro anciões Xerente da aldeia porteira Nrõzawi, da aldeia Salto Kripre e da Aldeia Varjão Sdarãpa. Perguntei os anciões sobre a história do Dasipse, para saber como surgiu e como era antigamente e também sobre como hoje em dia como é feito esse dasipse. Também perguntei sobre a origem dos clãs, sobre Danõihuikwa, sobre Dakmãhrâkwa, sobre Peikwa, e registrei depois fala de cada um deles. Juscelino Smirêzane Xerente (Aldeia Porteira Nrõzawi); Antônio Mmiro Xerente (Aldeia Varjão sdarãpa); Valdeciano Kasuamrã Xerente (Aldeia Salto Kripre).

Para começar, as histórias dos dasipse, todos eles deram suas opiniões ao me contar. Mas nem todas as respostas encontradas são iguais. Em todas as entrevistas comecei sempre perguntando sobre o dasipse. Ai eles disseram pra mim que tudo que vemos nos dasipse vem de waptokwazawre, que ele tudo nós deixou aqui na terra. Waptokwazawre tradicionalmente é o Sol que, junto com a Lua (Wahirê), fez primeiros Akwe e depois tudo que existe na terra (segundo a versão do Sr. Valdeciano Kasuamrâ). Já a versão do Sr. Mmiro é que certo dia Waptokwazawre fez quatro pessoas diferentes e as deixou na beira do rio onde havia areia muito grande e que hoje em dia os índios Xerente chamam de suprazawre (praia bem grande). Essas quatro pessoas eram diferentes, eram seres com corpos de animais, mas com características humanas, eram gente. Um deles era kuza (nome para uma onça preta de tamanho menor que a pintada). Quando kuza saiu andando, quando estava bem longe da areia viu um sromã (não-índio; branco) andando por lá, daí ele se escondeu no mato. Quando saiu andando novamente, logo encontrou outra pessoa que era wakdi (seriema). Os dois ficaram um pouco no mato.

Um dia kuza desceu no córrego e viu uma mulher que estava dentro da água. Ele mergulhou, mas não conseguia pegar. De lá ele sai correndo até onde estava wakdi e outros companheiros ai desceram todos juntos até onde estava a mulher. Lá novamente todos mergulhavam dentro da água, mas ninguém conseguia. Ai a mulher cuspiu de cima na água. O kuza olhou pra cima e viu que lá estava ela, na verdade não estava em dentro da água, mas em cima da árvore. Ela era muito linda e bonita. Foi daí que perceberam, mas eles só viram por que a mulher cuspiu em cima da água. Depois que todos tentaram pega-la, somente kuza que conseguiu. Ele subiu novamente e caiu junto com a mulher e todos correram e pegaram nas pernas na cabeça e na barriga. Então todos tiveram relação sexual com ela. Por isso ela morreu. Cada um levou um pedaço da mulher para sua casa. Alguns dias depois saíram para caçar no mato. Quando voltaram, escutaram o barulho, de muito longe. Eles foram até bem perto onde estavam mulheres e crianças na aldeia. Isso aconteceu muito rápido por que onde eles estavam só tinha homens, mas onde escutara o barulho tava mulheres e crianças e lá também só tinha mulheres grávidas. Quando eles chegaram por lá fizeram dasipse e foi daí que surgiram os clãs, sipsa (jovem solteiro) e muitas outras coisas que também são feitas no dasipse.

E foi lá que dois irmãos pegaram o arco flecha e saíram para caçar no mato e se separaram. Um deles foi bem longe do irmão e viu um buraco. Ai ele pensou que era do wrãwawe (tatu canastra). Ai o rapaz entrou e, quando já estava muito longe, e viu que o buraco não era de wrãwawe e tentou sair, mas não podia por que já estava bem longe.

Então ele viu dois buracos e para voltar ele naquele que pensou que era do wrãwawe, mas entrou em outro buraco e não conseguiu sair na mesma hora e voltou só no outro dia. O rapaz chegou no outro mundo onde estava acontecendo dasipse. Bem devagar ele chegou até perto onde estavam os homens pintados. Depois chegou onde os rapazes estavam se preparando para correr com tora de buriti, mas lá iam correr steromkwa e htâmhâ (são os dois times que correm com a tora grande no final da festa de dasipsê). Quando começaram a correr ele correu junto com htâmhâ. Quando corriam ele não pegava para carregar a tora porque naquela época as toras não eram cortadas. Corriam com o buriti inteiro que encontravam caído. Mas quando estava bem perto de onde as toras que são colocadas na aldeia, ele pegou e correu. Não conseguiu levar bem longe e deixou cair no chão. Por isso que hoje em dia as toras de buriti são cortadas e enfeitadas como sterômka e htâmhâ. E os mais velhos falam que devido aquele fato acontecido lá, quando o rapaz correu e deixou cair a tora, hoje nas corridas os htâmhâ sempre perdem para os sterômka. Foi lá também surgiram as toras de buriti cortadas.

História dos Clãs: São cinco nomes clãs em que atualmente se divide o povo Xerente: krozake (também conhecido como isake tdêkwa), wahirê, krêprehi, kuzâ (também conhecido por kunnã tdêkwa), kbazi e krito. Segundo a versão do Sr.Mmiro, os clãs surgiram numa festa, por sugestão de um jovem sipsa que tinha ouvido e aprendido isso das falas dos velhos enquanto estava no warã e incentivou as pessoas a se dividirem por clã no dasipsê que fizeram. Já na versão do Sr. Valdeciano, foi o rapaz que visitou o mundo dos kuza (porcos queixada) que aprendeu com o peikwa daquele mundo as pinturas dos clãs. Ele depois ensinou para os jovens e anciões sobre as pinturas dos clãs, os cantos, as danças e tudo mais que ele aprendeu naquele mundo. Quando ele morreu, as pessoas fizeram um dasipsê e dividiram as pessoas pelos clãs como que ele tinha ensinado. Foi a partir daí que muitas coisas apareceram e outras mais que se fazem nos dias do dasipse. Mas até hoje os clãs existem nos dasipse e também é a única coisa que nunca vai ser esquecida pelos akwê. Eles estão presentes nas festas dia e noite.

Dakmãhrâkwa, é o antigo nomeador nas festas e já existia desde que surgiu o dasipse. Até hoje eles atuam nas festas. Dazaseikwa também é o líder do grupo que nas festas de nomeação responde no ritual de dar os nomes. É só com os Dakmãhrâkwa que se pode ganhar os nomes e é em público. Na hora da nomeação, os tios ou pai leva a pessoa que vai receber o nome até os anciões e ele fala o nome que foi dado pelo pai e aí o Dakmãhrâkwa repete o nome e Dazaseikwa termina, gritando e confirmando.

Exemplo do meu nome: Dakmãhrâkwa anuncia em voz alta no pátio: Brurêwa ki

zamõ mãt mõ. Dazaseikwa, confirma gritando também no pátio: arrê arrê. Tanto Dakmâhrâkwa como Dazaseikwa atuam só no último dia da festa.

PEIKWA - Os peikwa sempre agiam em par e eram os antigos oficiais da aldeia. Segundo a versão do Sr.Mmiro, os peikwa eram pessoas sempre do clã krito, que hoje são chamados também como krito tdêkwa. Segundo a versão do Sr. Valdeciano, o rapaz que aprendeu isso lá no começo, antes de falecer deixou tudo que viu quando entrou no buraco dos animais chamados kuhâ (porco queixada). E foi daí na festa que os anciões decidiram de botar dois homens como peikwa foi lá que ganharam os nomes de peikwa. E antigamente o peikwa não ficava só em uma mesma aldeia. Eles andavam em todas as aldeias e eles serviam para os índios não brigarem e ajudavam a resolver os problemas que aconteciam nas aldeias. Os antigos respeitavam muito. E hoje eles só se apresentam nos dasipsê.(festas)

A história do peikwa todos os anciões sabem contar, mas percebi que nas entrevistas todos contam de formas diferentes uns dos outros. Por isso não entendi quem estava certo. Mas um deles (Mmiro) me contou que os peikwa surgiram em cima da pedra chamada kurbe (caverna). Certo dia um rapaz saiu da aldeia e foi caçar no mato. Quando estava bem longe da casa ele olhou para cima e viu dois rapazes em cima de uma pedra com os corpos todo pintados. E daí ele correu até onde estavam os outros índios e foram todos correndo juntos em direção a eles. Quando chegaram lá, os rapazes ainda estavam lá. Os índios os levaram até na aldeia para ganhar os nomes de peikwa.

Mmiro disse também que quando aconteceu uma festa na aldeia Recanto (em 2004), ele se lembrou desses nomes e que tinha escutado do seu avô quando ele ainda não tinha falecido e contava essa história do peikwa. Então ele foi até o ancião Ktâpomenkwa e perguntou se ele ouviu falar de peikwa. Ele falou sim, mas já estava esquecendo. Foi assim que decidiram escolher dois homens para serem peikwa, que hoje são o Pedro Warõ e Lenivaldo Srâpte, sendo que eles moram em uma mesma aldeia, a Salto Kripre. Todos os entrevistados sabem contar a história do peikwa, mas só um deles pensou direito e hoje eles estão presentes no dasipsê.

Danõhuikwa - É o mensageiro responsável pela preparação da tora de buriti, usado na corrida de tora nas festas e para levar comida para os anciões e rapazes que ficam no warã (local de reunião fora da aldeia antes do ritual de dar os nomes). Para isso são designados quatro danõhuikwa: dois para mulheres e outros dois para rapazes, homens e meninos. Eles também estão sempre presentes nas festas dia e noite, cuidando para tudo ficar bem organizado. Ao ouvir as opiniões dos velhos achei muito interessante por que

todos que deram suas opiniões, eles ainda lembram da nossa cultura tradicional e da nossa história, o que significa que ela não vai acabar. Para isso é que todos nós temos que nos interessar em aprender a história dos índios Xerente. Eles disseram também que a maioria dos índios Xerente não sabem contar como surgiu dasipse e não sabem cantar nem sabe outras atividades que acontecem nas festas. De fato, é do jeito que os velhos falaram pra mim: nem todos os velhos das aldeias sabem contar as histórias do dasipse.

Achei tão interessante eu fazer pesquisas de campo nas aldeias junto com os anciões por que eu acredito que quando eu ficar velho estarei contando histórias para os meus filhos e netos. A pesquisa está sendo boa porque os velhos demonstraram que tem interesse nas histórias e eles mostraram que não estão esquecendo a cultura e as histórias dos dasipse. Eles estão esperando os jovens perguntarem, mas sendo aqueles que estiverem interessados de conhecer as culturas e as histórias dos Akwê-Xerente. A pesquisa também foi muito boa todos porque os entrevistados disseram para mim que eles não vão esquecer a história do povo Akwê.

Os povos precisam preservar e valorizar as suas culturas, como é o caso do povo Akwe que até hoje vem preservando muito suas origens, cânticos, danças, pinturas, línguas, mitos, etc. Os anciões contam que as antigas Os Akwe Xerente comentam que é muito importante preservar e conhecer e demonstrar a cultura inserida no território e também os mais jovens precisam conhecer as consequências do avanço do agronegócio no Território Xerente. Ao longo tempo os Xerentes vêm resistindo e defendendo o seu território das as ameaças dos não indígenas.

Como foi feito realizado os velhos e jovens para saber por que esses não se interessam pela cultura Akwê Xerente e pelas festas e outras atividades que acontecem nas festas, compreendi que como sou muito jovem ainda, nas entrevistas encontrei dificuldade para saber o que os velhos queriam dizer e o que os jovens reclamavam dos velhos. Mas agora nessa pesquisa de campo de 2023, estou cada vez mais me esforçando para que eu possa entender melhor. Estou realizando pesquisas de campo em minha aldeia junto com meus familiares e com anciões que mora nas aldeias. Com isso, percebi que como jovem, eu precisava mostra interesse e ir buscar o conhecimento desses anciões, como deve sempre fazer um jovem Akwê de idade igual a minha. Perguntei para eles como surgiu o Dasipse e como era antigamente feito e como é feito hoje em dia e o que os jovens fazem nas festas. Outro assunto são os clãs, o peikwa, o danõhuikwa e o dakmãhrâkwa. Nas entrevistas com os velhos Xerente, eles disseram para mim que é tão importante nós os Akwê Xerente perguntarmos aos mais velhos porque a cada dia que

passa, estamos ficando mais velhos. Por isso os jovens têm que correr atrás dos velhos para perguntarem e aprender a contar histórias. Se os jovens Akwě não perguntarem, daqui há alguns anos se os velhos morrerem, quem vai conseguir contar as histórias dos Dasipsê e de outra atividade que acontece nas festas? Achei tão interessante eu fazer pesquisas de campo nas aldeias junto com os anciões por que eu acredito que quando eu ficar velho estarei contando histórias para os meus filhos e netos. A pesquisa foi realizada com muito sucesso por que os entrevistados demonstraram que tem interesse nas histórias e eles mostraram que não estão esquecendo a cultura e as histórias dos dasipse. Eles estão esperando os jovens perguntarem, mas sendo aqueles que estiverem interessados de conhecer as culturas e as histórias dos Akwě-Xerente. A pesquisa foi muito boa todos os entrevistados disseram pra mim que eles não vão esquecer a história do povo Akwě.

4 CAITULO III - A FRONTEIRA DA DEGRADAÇÃO E O TERRITORIO

4.1. Mapas dos impactos sócios territoriais nas aldeias Xerente devido as Proximidades com as Plantações de Cana de açúcar na Porção Norte do Território Xerente.

Figura 6 – Plantação de cana de Açúcar na fronteira de Pedro Afonso.



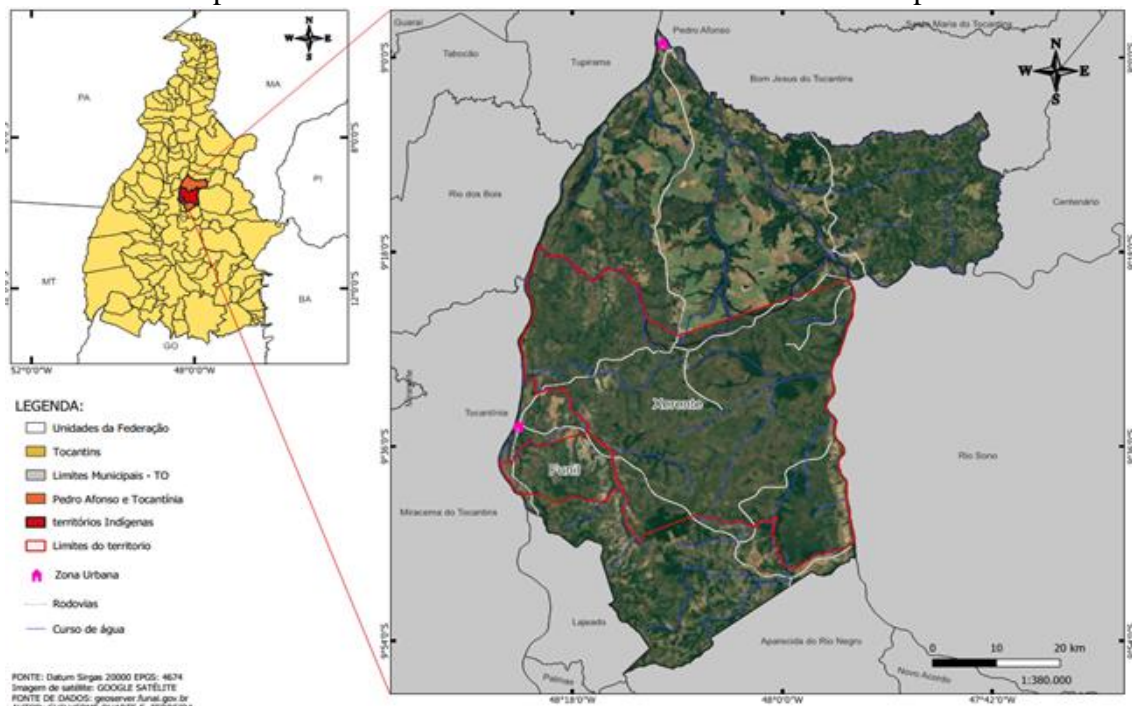
Fonte: org. pelo autor (2021)

Figura 7 – Córrego Gorgulho (kâkaka), bacia com alto grau de poluição.



Fonte: org. pelo autor (2022).

Mapa 6 – Fronteira entre o Território Xerente e os Municípios.



Fonte: Org.pelo autor 2022.

O mapa representa a divisão a diferença entre as áreas de plantação capitalista e as áreas de preservação ambiental tradicional praticada pela comunidade Xerente que vem a centenas de anos conservando seu modo de vida e de se relacionar com as riquezas de seu território. Projetos muito próximos do território com o apoio do capital internacional (particularmente do japonês), interessado na produção de grãos. Os Xerente têm sido pressionados pela administração do governo estadual e por moradores das cidades vizinhas para aceitarem a pavimentação de estradas sobre seu território, visando potencializar as vias de escoamento da produção agrícola.

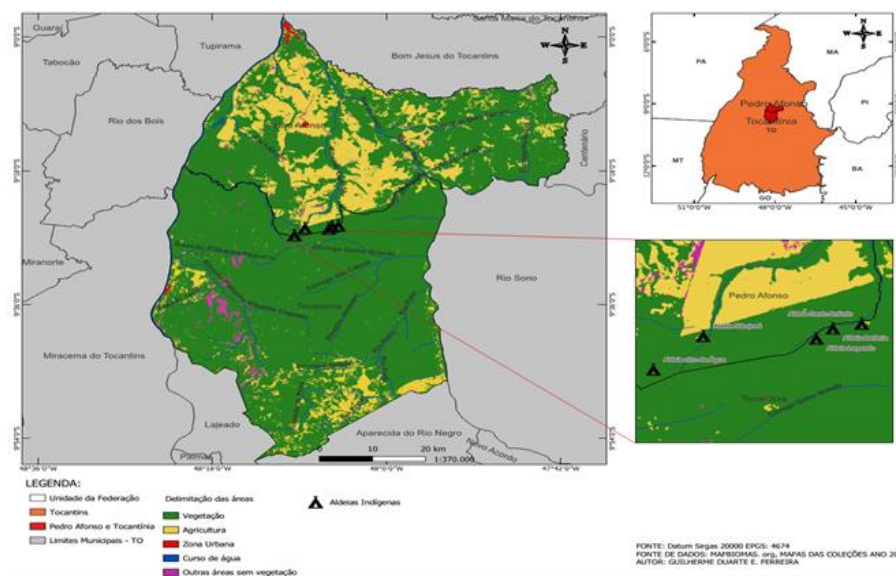
Desde muitos anos atrás, os Akwës já exploravam o cerrado através da atividade de caça e coleta, bem como da agricultura, estão intimamente associadas conhecimento que os Xerente possuem sobre a natureza, sua potencialidade e limites. De acordo com anciões deram suas opiniões sobre a respeito das suas tradições que estão presentes hoje eles dizem ser orgulho de ser indígena Akwë esperam que as futuras gerações continuem com jeito de ser o nosso jeito de ver o mundo preservando o território.

Com avanço do agronegócio desenfreado ao redor das aldeias onde mantemos os nossos costumes e as crenças os costumes os jovens eles podem rapidamente esquecer nas tradições, pois já a registro de casamento de moças indígenas com não indígena.

Fatos que já são vistos como interferência no ciclo de atividades dedicadas à agricultura Xerente que tradicionalmente divide-se entre a estação seca – por eles designada de "verão" – e a estação das chuvas – chamada de "inverno". A primeira compreende os meses de maio a setembro, e a segunda, de outubro a abril. As roças localizam-se, em sua grande maioria, nas imediações das aldeias, junto a ribeirões e córregos próximos a matas-galeria. Outro tipo de roça muito utilizada pelos Xerente é feito junto à margem do rio Tocantins, em quase toda a fronteira oeste do território, ocupando cerca de doze km de extensão. O processo de implementação da maioria das roças (derrubada, queimada, coivara, plantio e colheita) conta com a participação de um determinado segmento residencial (pais, filhos solteiros, filhas casadas e genros), ainda que, em algumas aldeias, sob a liderança do cacique, organizem-se roças de maior amplitude, que contam com a participação de diversos segmentos residenciais. No primeiro caso, a produção das roças é distribuída entre os membros de um determinado segmento residencial, e no segundo, entre os moradores de toda a aldeia.

Outros itens importantes na dieta básica dos Xerente, como mel, frutos e raízes diversas, são proporcionados pela coleta, atividade por meio da qual também se obtêm as plantas medicinais. A pesca, que já foi uma importante fonte de alimentação para os Xerente, tem declinado progressivamente com o passar dos anos, devido ao impacto de grandes obras (barragens, hidrelétricas) realizadas no rio Tocantins. A caça também tem sofrido escassez constante em virtude das pressões sobre os recursos naturais. Portanto já é muito preocupante o estado de preservação do modo de vida tradicional do povo Xerente.

Mapa 7 – Mapa de risco: zona de agricultura moderna e de vegetação preservada no território Xerente



Aqui podemos citar os nomes de 05 Aldeias; akehu, São José, Lageado, Betânia e Santo Antônio juntando aproximadamente 200 pessoas, diretamente impactadas que são muito próximo da plantação de cana de açúcar, a Aldeia São Jose está localizada bem limite do cultivo de Cana de Açúcar aonde a comunidade vem sofrendo o impacto como no barulho dos aviões que sobrevoa em cima das lavouras para que eles jogam o veneno e tratores durante está trabalhando. E até o momento com versão do entrevistado não está tendo o Arredamento em nosso território, para conseguimos a confirmação, precisamos a união de todos os líderes como cacique e FUNAI, com isso pode facilita por que ser perguntamos só na fala ninguém vai querer responder. E todos estão preocupados por que se não fazer nada ao redor do território Xerente vai sofre muitas mais consequências como a perde de córregos caças e a identidade, e as Aldeias Impactadas precisas ser alertado no futuro próximo pode está prejudicada, e os que vão vim que vai mora nessa região vivencia com várias mudanças.

E até o momento da entrevista com os caciques eles disseram que não está acontecendo o Arredamento em nosso território, mas através das pesquisas como mapas, e fotografias, confirmamos, o Arredamento de terras no território Xerente. As aldeias circunvizinhas precisam mais entender que arrendar terra não é bom, por que se não cuidamos e de não entendermos o trabalho capitalista, os nossos filhos e netos não terão oportunidade de ver a terra preservado do povo Xerente. Futuramente podemos ficar sem espaço que as consequências serão muito maiores para o povo Akwẽ. A maioria da

mostrou correta e os resultados estão correspondendo às nossas expectativas", afirma Ricardo.

O executivo ressalta que os municípios da região de Pedro Afonso têm alto potencial, mas, para atrair o investimento de outras empresas, necessita melhorar e ampliar os serviços públicos, principalmente nas áreas de educação e capacitação profissional. A Bunge, por meio da Fundação Bunge, investe nessas áreas com projetos de formação de educadores, de jovens (projeto Juventude Integrada) e de mão de obra, em parceria com as secretarias municipais de educação da região. Além disso, a abertura de 80 vagas no Colégio Agrícola de Pedro Afonso para curso técnico em Açúcar e Álcool, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura, e a formação e inclusão de 40 jovens aprendizes na Usina, em parceria com o Senai/TO, são alguns exemplos de investimentos sociais priv A Usina Pedro Afonso, a primeira greenfield (construída do zero) da Bunge no País, possui capacidade de moagem de 2,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano. Utilizando o que há de mais moderno em tecnologia, a Usina realiza plantio e colheita totalmente mecanizados e gera mais de 1.300 empregos na região. Quando foi inaugurada, em julho de 2011, a unidade recebeu investimentos da ordem R\$ 600 milhões e, mais recentemente, para viabilizar a cogeração de energia, foram investidos adicionalmente cerca de R\$70 milhões. "A aposta no Tocantins se mostrou correta e os resultados estão correspondendo às nossas expectativas", afirma Ricardo. O executivo ressalta que os municípios da região de Pedro Afonso têm alto potencial, mas, para atrair o investimento de outras empresas, necessita melhorar e ampliar os serviços públicos, principalmente nas áreas de educação e capacitação profissional. A Bunge, por meio da Fundação Bunge, investe nessas áreas com projetos de formação de educadores, de jovens (projeto Juventude Integrada) e de mão de obra, em parceria com as secretarias municipais de educação da região. Além disso, a abertura de 80 vagas no Colégio Agrícola de Pedro Afonso para curso técnico em Açúcar e Álcool, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura, e a formação e inclusão de 40 jovens aprendizes na Usina, em parceria com o Senai/TO, são alguns exemplos de investimentos sociais privados realizados na região.

Figura 8 – Máquina colheitadeira de cana em Pedro Afonso.



Fonte: Sítio Gov.TO (2011).

Uma das ações governamentais para a entrada da agricultura moderna nos cerrados foi o PRODECER. O Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados, assinado em 1976 em parceria com a Japan International Cooperation Agency (JICA), teve como objetivo desenvolver a fronteira agrícola do Cerrado, territorializando o capital nacional e internacional a partir da incorporação do campo brasileiro no circuito produtivo mundial e na oferta internacional de alimentos (INOCÊNCIO, 2013). O Japão assume, entre 1950 e 1980, o papel de um dos maiores investidores no Brasil, representando ainda o segundo mercado individual para as exportações brasileiras e terceiro maior investidor externo no Brasil.

O plano previu investir na produção de soja, milho e sorgo, sendo que o projeto se firmou na produção dos dois primeiros; o empreendimento foi feito de forma integrada, englobando as fases de produção, comercialização e industrialização. Para sustentar o projeto no Brasil criaram-se duas holdings: BASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial) e JADECO (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola), com associação de capitais governamentais, através de agências oficiais, transferência de capitais públicos e privados de ambos os países (INOCÊNCIO, 2013). Além disso, foram realizados investimentos em logística da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que abriram caminho para outros empreendimentos, como o porto de Itaqui (MA) (BRASIL, 2002).

A área média dos lotes é de 400 ha. no PRODECER Piloto I; 410 ha. no PRODECER Piloto II e 350 há. no PRODECER Expansão. No PRODECER III, como a rentabilidade das

terras esperada era menor, a área média de cada lote foi aumentada para mil hectares (BRASIL, 2002). A parceria nipo-brasileira estimulava as regiões Norte e Nordeste a priorizarem os sistemas agroflorestais e outras formas de policultura. Contraditoriamente, o Cerrado era estimulado à produção agrícola, em especial à produção de grãos. Para o PRODECER III, 60% dos recursos foram provenientes do Japão e 40% do Brasil, dos quais 30% do governo federal e 10% dos agentes financeiros participantes do programa (INCOÊNCIO, 2013).

Os maiores investimentos por colono ocorreram na terceira fase, iniciada em 1996. No Tocantins, a implementação do PRODECER concentrou-se no município de Pedro Afonso, conhecido também como “a capital da soja no Tocantins”, onde 41 famílias se beneficiaram com um investimento de US\$ 1.682.926,00 por colono. Contudo, os recursos não foram inteiramente aplicados por causa da inadimplência dos colonos. Os principais motivos foram a falta de organização em cooperativas, como exigia o programa, falta de capital próprio para o investimento inicial, cerca de 10 a 20% do montante a ser investido despreparo técnico dos agricultores e da própria assistência técnica (RODRIGUES et al., 2009).

A partir da falência do programa em Pedro Afonso, 28 colonos criaram a Cooperativa Agroindustrial do Tocantins – COAPA, em 1998. Inicialmente, a ideia era diversificar a produção, participando de programas para a agricultura familiar, fruticultura e rizicultura. No entanto, a soja é o cultivo de destaque tanto da cooperativa quanto do município, um dos principais produtores de grãos do Tocantins.

A COAPA⁷² atende hoje a 78 cooperados produtores de soja, e 228 cooperados da agricultura familiar, agrupados ou não em associações na região de Pedro Afonso, estendendo sua área de atuação para os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Tupirama, Rio Sono, Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Miracema do Tocantins, Santa Maria, Tocantínia, Itacajá, Itupiratins, Goiatins, Recursolândia e Centenário. Os programas da agricultura familiar e créditos oficiais para parte dos agricultores, aqueles que ficaram inadimplentes por dívidas do PRODECER estão estagnados. A grande maioria das operações da COAPA.

Os custos de produção são apenas mediados pela COAPA, que repassa o pacote tecnológico das grandes empresas (Du Pont Pionner, Syngenta e Monsanto) ao agricultor. Na cooperativa, um pequeno produtor tem até 60 há., médio de 70 a 350 ha e o grande produtor a partir de 350 ha, acompanhando os valores de módulo fiscal do estado, que é

80ha. O maior produtor possui aproximadamente 1.700 ha. Em Pedro Afonso, a cooperativa possui 22.400ha de área produtora de grãos.

Atualmente, mais de 70% dos produtores do Tocantins são financiados via tradings⁷³. A COAPA contribui no gerenciamento dos recursos repassados pela CARGILL, Bunge Alimentos e Multigrain. Esses produtores tecnificados da soja corroboram com a expansão do capitalismo no campo, mesmo não sendo detentores da maior parcela do lucro do agronegócio. Sobre a logística de Pedro Afonso, a maior parte dos grãos tem como destino o entroncamento modal Porto Franco, que a partir daí segue para os portos de São Luís ou Belém. O acesso ao município é feito através das rodovias TO-336, que o liga à Belém-Brasília e pela TO-010, interligando o município com Bom Jesus e Santa Maria.

Na região de Pedro Afonso, os produtores de soja e funcionários da cooperativa não possuem plantios para alimentação, sendo a maioria dos produtos hortifrutigranjeiros comprados na cidade em supermercados. A maior parte dos produtos vem das Companhias de Abastecimento (CEASA) de Goiânia e Belém. Não há uma tradição de agricultura de subsistência⁷⁵ – e os alimentos principais são o arroz, a farinha de puba e carne bovina. De acordo com CEASA-Tocantins existe uma demanda de produtos por parte dos mercados varejistas, atacadistas e mercados locais de banana, batata, tomate, melancia, maxixe, cebola, laranja, limão, pepino, chuchu, melão, manga, maçã, abóbora, entre outros (TOCANTINS, 2012a, 2012b), reflexo da opção monocultora pautada pelos pacotes tecnológicos frente à policultura enquanto agricultura familiar e segurança alimentar.

4.3 Arrendamento de terras para agricultura capitalista no interior do território.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, proibiu o arrendamento e esclareceu que as terras indígenas são bens da União para o usufruto exclusivo dos povos. Apesar da proibição, o arrendamento se manteve sendo praticado dentro de alguns territórios. Acabou sendo introjetado não apenas no uso da terra, mas também em outros ambientes da vida, como nas políticas públicas de educação e saúde, onde as atividades remuneradas ficam sob o controle de pessoas que detêm o poder dentro do território. Ou seja, o arrendamento passou a ser um costume naturalizado com o qual se obtém privilégios e vantagens.

Há, nos territórios, quem controla a terra, as políticas públicas e a renda, enquanto a maioria das pessoas permanece absolutamente excluída de tudo, vivendo à margem, sem acesso adequado aos serviços assistenciais e sem poder utilizar seu maior bem: a terra. Se percebe que a lógica do arrendamento contamina todas as relações internas. Para quem não conhece o termo, é possível simplificar o arredamento como uma espécie de aluguel da terra embora seus contratos tenham regras específicas, diferentes de um aluguel comum. Basicamente, o arrendatário paga um valor para usar aquela terra por um tempo.

Esse contato pode ser feito por um tempo limitado ou indeterminado, embora existam prazos mínimas e demais trabalhos, desde que respeitando as regras do contato. Além disso, oferece certos direitos para o arrendatário, como veremos a seguir. O Brasil tem um longo histórico de conflitos fundiários, mas se engana quem pensa que isso se refere apenas à tensão entre proprietários e movimentos sociais desde a década de 1980. As primeiras disputas de terra se deram ainda no século XVI entre indígenas e portugueses.

Desde então, a questão indígena tem sido acompanhada por uma série de complexidades, e os conflitos no campo se mantêm inclusive com alguns setores do agronegócio atualmente. Mas há possibilidades de haver pontos em comum. Quer saber como? Então confira alguns elementos que explicam por que essa relação ainda é tão conflituosa e o que pode ser feito a esse respeito. Os indígenas são reconhecidos internacionalmente como capazes de manter a floresta preservada graças ao seu modo de vida. Isso é um ativo econômico uma vez que a reputação do País nesse quesito interfere na balança comercial.

Ao mesmo tempo, deve-se colocar na balança que o Brasil hoje é plural e precisa dar conta de uma série de questões, inclusive produtivas. O agronegócio tem legitimidade para atuar e é a principal força que sustenta economicamente o País. De acordo com uma norma recente, editada em conjunto pelo Ibama e pela Funai, passa a ser possível que organizações mistas, compostas com indígenas e não indígenas, ocupem terras indígenas para plantio. Assim, fazendeiros podem criar vínculos de parceria com os indígenas. Um exemplo disso vem de indígenas do Xingu. Eles criaram um projeto chamado Rede de Sementes do Xingu, que está otimizando a cadeia produtiva das sementes florestais. Assim, foi possível aumentar a produção em até 50% e melhorar a cadeia econômica dessas comunidades. O projeto foi reconhecido com o prêmio internacional Ashden Awards 2020, que celebra soluções climáticas pelo globo.

Ainda nessa rede, há um trabalho feito pela população mato-grossense que é a coleta, beneficiamento e armazenamento de sementes da floresta. Isso pode garantir a preservação de sementes crioulas para a posteridade e são úteis ao agronegócio, por exemplo, em modelos de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

Figura 9 – Terreno junto ao território preparado para o plantio de soja.



Fonte: org. pelo autor (2021).

Ao decorrer das pesquisas realizadas nas aldeias diretamente impactadas entrevistei caciques, e lideranças, eles demonstraram a preocupação o medo onde a cultura já está inserida em meio do sistema capitalista, onde alguns jovens já estão sendo usados em mão de obra. Já presenciei as plantações de soja e milho, no território Xerente, e onde não está acontecendo o respeito a fronteira onde o território é muito importante para o Xerente. Com isso a comunidade Akwẽ já está perdendo a sua cultura como a festa cultural, danças, e língua materna, e podemos dizer a partir do momento que entendemos sobre o avanço agronegócio em município de Pedro Afonso, o povo tem esse medo que no futuro próximo podemos perder muito fácil a riqueza da natureza.

Vários pesquisadores já passaram no território fazer suas pesquisas no século XX foi marcado pela difícil sobrevivência dos Xerente sob a ocupação de posseiros e fazendeiros, que foram invadindo o pouco que restava de seu, outrora, vasto território. O extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI) só instalou dois postos de assistência durante a década de 1940, principalmente após relatórios do etnólogo Curt Nimuendajú, que denunciavam as péssimas condições de vida dos Xerente.

Em 1972, após mais de 200 anos de convivência tensa e conflituosa com diversos segmentos não indígenas que resultaram em mortes de ambos os lados, os Xerentes

conquistariam a sua primeira área demarcada, denominada nos documentos pela FUNAI como “Área Grande”. Mais de 20 anos e muita luta foram necessários até a demarcação e homologação de outra área reivindicada pelos Xerente, a do Funil. Hoje o território Xerente é formado pelas duas terras indígenas. Porém, as tensões entre a população local não índia e os Xerente permanecem, sendo a cidade de Tocantínia o principal palco dos conflitos, já que está localizada entre as duas TIs.

Durante os dias 1 a 4 de setembro de 2022 o Cimi realizou um encontro de formação no território Xerente, com o tema “Experiências de luta e práticas ancestrais do povo Xerente na proteção territorial”. A atividade foi realizada na Aldeia Nova, localizada na Terra Indígena (TI) Xerente.

Participaram do encontro 50 indígenas (anciões, jovens e mulheres) vindos de dez aldeias: Aldeia Nova, São José, Traíra, Zé Brito, Cristalino, Karêhu, Salto, Piabanha, Pé da Serra e Brejo do Sitio. Essa formação teve como objetivo apresentar e identificar os problemas que vêm impactando de forma negativa o povo Xerente e discutir possíveis soluções. Além disso, o encontro deu oportunidade para os anciões contarem a trajetória sofrida do povo para a conquista da demarcação territorial Xerente no passado. Através da oralidade dos mais velhos, foi feita a memória dos duros conflitos enfrentados pelos Xerente antes da demarcação e nos anos seguintes pós demarcação. Através da história oral repassada de geração em geração, esses anciões relataram as experiências de luta e práticas ancestrais do povo Xerente. Juntamente com as lideranças presentes no encontro, eles ressaltaram a importante missão dos seus ancestrais na defesa do território, o cuidado com a mãe terra e a luta para a conquista e demarcação territorial onde vivem. No decorrer das falas, foi sugerido principalmente aos jovens a importância de continuarem na defesa do território contra os grandes projetos do capital que preocupam os povos indígenas. Também foram lembrados os nomes das lideranças Xerente que já se foram dessa vida, mas que foram de grande importância durante o processo de demarcação da terra (CIMI Regional Goiás/Tocantins, 2022).

Figura 10 – Lavoura de soja no território Aldeia São José.



Fonte: org. pelo autor (2022)

4.4 A Geografia do território e Educação Territorial nas Escolas Indígenas

Xerente

Buscando o entendimento sobre se há uma preocupação com a geografia do território indígena realizamos uma análise do Projeto Político Pedagógico da educação indígena (SEDUC- TO 2020), tive oportunidade de entrar em salas de aula na disciplina de Geografia das turmas 7º ano e 1º anos junto com o professor. O professor é indígena e tem sua formação ensino superior e apresentou ter domínio do conteúdo da disciplina. Em seguida procurei saber mais a opinião dos professores sobre seguintes questões: Para o professor qual é a importância de ensino de Geografia do território em sala de aula na escola Centro de Médio Indígena Xerente (CEMIX) onde foi o objeto dos meus trabalhos de campo.

Na perspectiva de compreender o conceito geográfico de território de acordo com Oliveira (2014) e Lira 2005, foi o ponta pé para o debate com os professores indígenas da Escola CEMIX dos quais percebi que não havia esse entendimento.

Território indígena é, portanto, um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Há que se ressaltar, ainda, que a apropriação de recursos naturais não se resume produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria prima para a construção de casas, para enfeites, para a fabricação de arcos, flechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem. Para que o povo possa sobreviver e se reproduzir, necessita de muito mais terras do que as que utiliza simplesmente para plantar. É justamente esse espaço da sobrevivência, com tudo que ela implica, que denominamos território. E o território indígena tem uma particularidade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e de ocupação de fato de uma determinada porção do território tribal. Os grupos indígenas também tem diferentes formas de concepção de seu território. Alguns fundamentalmente sedentários, estabelecem fronteiras definidas. Outros, como é o caso dos povos Jê do Brasil Central, têm (ou tiveram) suas fronteiras em constante expansão em função de atividades guerreiras, ou da caça e coleta (OLIVEIRA, 1997. p. 160 *apud* LIRA, 2005 p.4).

Ainda dentro do viés do espaço território indígena cabe aqui expor as contribuições indígenas realizadas pelo autor Lira (2005), no qual salienta sobre a amplitude relacionada ao espaço territorial indígena.

O território indígena não é formado apenas por manifestação de relações de poder emanado pelo estado sobre um dado espaço, como se apresenta o

O professor entrevistado ainda comentou que a geografia serve para conhecermos melhor o território em que os indígenas vivem e conhecer o mundo não índio e, descobrindo, sobretudo, que não só existe a Geografia do branco. Ressalta ainda que muitos alunos Akwẽ têm dificuldades de entender o que é geografia dos Akwẽ e a geografia dos brancos. E há interesses dos alunos indígenas de entender melhor o mundo que eles vivem. Pelo que se constata das conversas do professor entrevistado, é que nas escolas indígenas ainda há uma transmissão do conteúdo muito vinculado a cultura do homem branco.

O professor comentou também um pouco sobre as expectativas da escola onde poderia oferecer uma escola de boa qualidade para os alunos, que infelizmente precisa melhorar muito com estrutura da escola. Acreditamos que ponto poderá ser melhorado a partir da vontade política dos gestores e diretores. Precisamos nos organizar e cobrar dos responsáveis da Delegacia Regional de Ensino, o apoio a escola Indígena, precisamos muito a participação deles. Onde podemos e elaborar as ideias, para que haja uma escola boa de qualidade e claro nunca de deixar a cultura tradicional.

As entrevistas realizadas em ano de 2021 com meus parentes que estuda na Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional-TO fiz as primeiras perguntas para o Acadêmico ideias Xerente, a escola que você estudou como foi sua aprendizagem escolar?

No meu processo de escolarização desde as séries iniciais até 5 série do ensino fundamental ocorreu no ano de 1997, na Aldeia Água Fria alfabetizada por uma professora Akwẽ. Nas séries de ensino fundamental 2 tive professores não indígenas em todas as disciplinas, como Português, História, Geografia exceto a língua materna Akwẽ. E por fim, cursei uma parte de ensino fundamental na cidade e outra parte na aldeia, concluído a as séries, cursei o terceiro ano na cidade me formando assim no ensino médio. A minha fase de ensino na educação foi bastante proveitosa, apesar de muita dificuldade enfrentada nas aquisições de conhecimentos, até mesmo a compreensão acerca das aulas ministrada pelo educador não indígenas que dificultava muito na comunicação com os alunos, pois para nós se trata da segunda língua, talvez isso seja a nossas dificuldades e nos demais, sempre fui esforçado, fazia tudo, as tarefas (Professor Indígena 2).

Como se observa, o comentário do estudante indígena, os professores ainda das escolas nas aldeias indígenas não são indígenas. Ou seja, os alunos indígenas aprendem com professores de outra etnia, que muitas vezes traz uma cultura ocidental. Outro fato, é que os conteúdos trabalhados nas aldeias indígenas são de natureza das escolas do

mundo urbano. Assim fica prejudicado as discussões sobre o território Xerente por falta de conhecimento das realidades territoriais dos professores não índios.

Então este trabalho teve a finalidade de aprofundar e levantar o debate sobre o ensino de Geografia em sala de aula no Centro de Médio Indígena Xerente Warã (CEMIX). Achei tão interessante fazer pesquisas por que eu acredito que Geografia pode contribuir para os alunos, mas precisa pensar um pouco da infraestrutura da escola onde os responsáveis da DRE declarem apoio a escola Indígena. Precisam ser discutidos e, sobretudo assegurado a Constituição Federal em seu 1988 Art. 231. Neste artigo é assegurado o direito dos povos indígenas que devem ser reconhecidas a sua cultura e a sua organização social, costumes, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

No ano de 2021 tive a oportunidade de fazer uma pesquisa para o meu trabalho de conclusão do curso de Geografia onde foram feitas a observação na escolar o Centro de Ensino Médio Indígena Xerente, com isso, percebi que nas escolas indígenas, há vários problemas que precisam ser resolvidos. O Estado deve criar Universidades que atendam os interesses dos povos indígenas. Os professores das universidades devem ser preparados para lidar o ensino aprendizagem com os indígenas em sua língua mãe e original.

CEMIX, a Escola do povo Akwẽ Xerente, está localizada no município de Tocantínia aproximadamente a 15 quilômetros da cidade de Tocantínia, as margens da TO região centro leste da terra Indígena Xerente. Está localizada bem no centro no território Xerente. Na figura 01, podemos visualizar a localização do CEMIX no território Xerente e na fig. 11, a seguir, podemos visualizar a escola. Esta escola foi criada em ano 2005 com as lutas dos caciques e lideranças das aldeias Xerentes.

A princípio o nome da unidade foi denominado CEMI Centro de Ensino Médio Indígena, discutido ainda a possibilidade de curso técnico agrícola. As aulas no referido Centro de Ensino tiveram início em agosto de 2005, com duas turmas de ensino fundamental e uma de ensino médio básico, somando 47 alunos, teve como seu primeiro Diretor Srãpte Xerente. Havia somente 04 professores para ministrar aulas para essas turmas, e a equipe administrativa era composta somente por 04 servidores.

A escola foi inaugurada no dia 06 de maio de 2006, com a presença da secretaria do Estado da Educação e Cultura, Diretora Regional de Miracema do Tocantins, representantes indígenas, comunidades Xerente, alunos, servidores em geral. A escola encontra-se hoje com o Ensino Fundamental e os dois cursos técnicos integrados ao

Ensino médio, autorizados, credenciados e reconhecidos pelo MEC. Atualmente o CEMIX-WARÃ atende um número de 316 alunos advindos de 70 aldeias e do município de Tocantínia. Possui um quadro de pessoal composto por 32 funcionários divididos em: 15 servidores no quadro administrativo pedagógico, VIGIAS e ASGs.

Figura 11 – Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã (CEMIX).



Fonte: Rui Carlos Brurêwa Xerente (2021).

No quadro pedagógico a escola possui 17 professores com nível superior e/ou especialização e 01 professor formado em ensino médio modalidade Magistério Indígena. A escola possui 14 turmas assim representadas: 07 de Ensino Fundamental Anos Finais, 07 de Ensino Médio Integrado, sendo 03 do curso técnico em Enfermagem e 04 do curso técnico em Informática. Além dessas turmas, estar previsto para mês de abril o funcionamento do programa mais educação. A fig. 12 ilustra os professores da escola.

Figura 12 – Professores do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã



Fonte: Rui Carlos Brurêwa Xerente (2021).

Os alunos do ensino fundamental e dos cursos técnicos têm jornada ampliada, sendo 05 horas diárias dentro da unidade de ensino. Os alunos do curso técnico em enfermagem integrado ao ensino médio, além das aulas dentro da unidade de ensino, a partir do segundo ano do curso, realizam estágio supervisionado no posto de saúde no município de Tocantínia e no hospital regional de Miracema.

O CEMIX (Centro de Ensino Médio Indígena Xerente), neste momento é o meio propagador do conhecimento da comunidade e coloca em primeiro lugar as novas tendências tecnológicas, proporcionando aos jovens a possibilidade de galgar o seu espaço, tanto na área profissional, como utilizar o seu conhecimento para meios advindos de forma benéfica, e tornar possível também que o mercado de trabalho usufrua da qualificação por excelência profissional desse jovem.

Esta instituição educacional vem contemplar parte das necessidades da comunidade Indígena Xerente. A implantação desse centro de educação se configura em grande passo para o fortalecimento e desenvolvimento da cultura Xerente e mais precisamente, para uma aprendizagem intercultural, partindo dos conhecimentos indígenas para um contexto mais amplo dos saberes ditos universais.

A escola hoje ainda passa por dificuldades, com algumas carências, no que se refere a estrutura física, pois ainda não há refeitório para servir as refeições aos alunos, auditórios para realização de reuniões e internet para melhorar as aulas ministradas tanto nos cursos técnicos, em especial no curso de informática, e no ensino fundamental. Outra carência também é a construção do muro ao redor da escola, pois todos os anos o número de alunos aumenta e essa é uma demanda que visa proteger os nossos alunos de danos a sua integridade física e ao patrimônio de possíveis depredações.

Na unidade escolar foram construídos 05 laboratórios: física, química, biologia, matemática e informática, porém nenhum encontra-se equipado conforme foi feita a previsão, os mesmos são usados para atender as demandas da unidade de ensino de outras formas, como sala de aula ou de atividades da parte diversificada. Esse é o marco situacional desta unidade de ensino hoje, que visa ofertar um ensino de qualidade aos alunos indígenas, mesmo em meio a tanta dificuldade.

O Centro de Ensino Médio Indígena Xerente-Warã (CEMIX) é único Centro médio nas terras indígenas Xerente e Funil onde a escola recebe alunos de cinco regiões, mais de 40 aldeias. Atualmente o CEMIX possui quatro blocos ser dividido em: 11 salas de aulas, um laboratório de informático; uma sala de professores com dois banheiros; uma secretaria; um diretório com banheiro; um almoxarifado; dois banheiros com quatro boxes, cada cantina com área de serviço e depósito para alimentos; um laboratório de física um laboratório de informática; um laboratório de matemática; uma biblioteca uma casa Warã; e uma quadra de esporte coberta. Assim como já comentamos entendemos que há um prejuízo em relação aos conteúdos relacionados aos estudos do território indígena como tema central nas aulas de geografia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que vemos nestes últimos anos de expansão do agronegócio foram que as ameaças contra nosso território vão atingir profundamente nossa sobrevivência como nação indígena e sua autonomia territorial. O território geográfico que nos dá tudo que necessitamos para a vida de sobrevivência de nosso povo, pois é dele que tiramos o nosso sustento, desde animais, peixes, frutas, plantas medicinais, aves, artesanato e até mesmo para uso pessoal dos Akwẽ/Xerente, os seres Tdêkwa e o mundo espiritual do nosso povo.

As coisas estão acabando, como os animais, devido ao excesso de caçadores, caçadas predatórias, peixes, pescas predatórias, excesso de queimadas do homem. Os córregos, que antes eram de muita água, estão secando. A riqueza, que antes tínhamos, estamos perdendo. O que fazer? Nós nos perguntamos. Vocês, jovens, têm que estudar para nos ajudar e enfrentar, para termos respeito a nós e ao nosso território.

A chuva não é mais a mesma. Antes chovia três dias seguidos. O início das chuvas era no mês de setembro. Dia 7 daquele mês não passava sem chover. Hoje está totalmente diferente, o tempo. O clima está mais quente. Os anciões falam para nós jovens, vamos pedir a Waptokwazawre, que cuida de nós, vamos cantar para ele, fazer a festas para o Waptokwazawre, que ama a gente, cuidar e guardar todos Akwẽ/Xerente.

Um das preocupações, também para o povo Akwẽ/Xerente, são as várias situações que acontecem, entre nós e em comunidade de todas as aldeias, por exemplo uma possibilidade que já aparece é arrendamento de terras para agricultura moderna, aí sentiremos o fim de nosso povo pois tais ações colocaria em risco a soberania territorial dos Xerentes em todos aspectos; ambientais, étnico e culturais.

Como nossos antepassados viviam no passado as reservas eram muito importantes pra eles como pra todos os povos indígenas do Brasil, pois sabemos quando um território é demarcado, passa a ser um território de um determinado povo. Então o povo Akwẽ com isso constroem suas aldeias, fazem suas casas, festas culturais como Dasipsê que realizada na comunidade, e suas plantações suas roças praticam a agricultura caçam nos rios que existem na reserva. Nas terras do povo Akwẽ Xerente o indígena tem direito de preservar a natureza. Assim, os mais velhos e jovem podem continuar preservando sua cultura, sua língua, praticar suas danças, pinturas, comidas, abrir os caminhos dentro da reserva, rios, matas, frutas de vigiar a demarcação para não haver invasões. Mais com atual governo pra comunidades indígenas ficaram muito difícil por que facilitou bastante para os fazendeiros, exemplo na comunidade Akwẽ cada dia que passa está cada vez mais invasão

o território Xerente, não respeitando o limite onde não tem fiscalização da FUNAI e os demais para acompanhar o cultivo de cana de açúcar no Município de Pedro Afonso. A comunidade Akwẽ que reside no limite não estão em paz onde todos dias tem contato com veneno que os aviões que jogam nas plantações. Assim as entrevistas realizadas nas aldeias com lideranças que moram e tem esse contato com os impactos eles dizem que eles têm esperança um dia acabar as plantações e viver livre.

Se nós indígenas não tivermos nossas terras demarcadas, nós acabaremos. As terras indígenas são áreas reservados para as populações indígenas. A demarcação da terra indígena é muito importante para a sobrevivência dos indígenas do Brasil. (Karina Hôhkwyj Krahô 2021). Como já vimos território Xerente está localizada bem no centro entre o município de Tocantínia e Pedro Afonso, onde o povo Akwẽ vive mantendo suas tradições, como cânticos e danças e outros, vive de caça e pesca mas nos dias de hoje podemos dizer está cada vez mais difícil com esse pressão do projeto, com plantio de Cana de açúcar bem próxima das aldeias, onde no faturamento poder ser perde nascente de Águas, onde foram encontradas todas as aldeias próximas da fronteira com as áreas de plantações de cana de açúcar, onde já se constata visivelmente a poluição das águas dos ribeirões que em rede leva a poluição das principais fonte de água potáveis da comunidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local.** In: Santos, Milton; Silveira, Maria Laura e Souza, Maria Adélia (orgs.) Território – Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994 pp. 213-220.

De Paula, Luís Roberto **Dinâmica Faccional Xerente:** esfera local e processos sociopolíticos nacionais e internacionais. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, FFLCH/USP, São Paulo.2000

HAESBAERT. Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 março de 2005 – USP

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

IBGE. Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. **Agência IBGE Notícias,** 2013. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14262-asi-censo-2010-populacao-indigena-e-> Acesso em 25 jun. 2023.

LIRA E. R. **A Descontinuidade do Território Krahô.** Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, 2005

LIRA, E. R. **A frente pastoril e a (des)organização dos territórios indígenas no sul do Maranhão e no antigo norte de Goiás.** Revista Plurais, Anápolis, v. 1, n. 4, 2006.

LIMA, L. G. B. **Os Akwẽ–Xerente no Tocantins:** território indígena e as questões socioambientais. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2016.

LIMA, D. A. L. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense.** Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2014.

Lima, Elizabeth Maria Freire De Araújo; Yasui, Silvio. **Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial.** Saúde em Debate. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127259>.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível.** Tempo Social, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELO, V. M. C. **Diversidade, Meio Ambiente e Educação:** Uma Reflexão A Partir Da Sociedade Xerente. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2010

Nimuendaju, Curt 1929 “**Língua Serente**”, *Journal de la Societé des Américanistes*, N.S., 21, Paris: 127-130

NIMUENDAJU, Curt. **The Šerente. Los Angeles: The Southwest Museum**, 1942

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. *In: Actas do XII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Bogotá, 2012. p. 1-15

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja**. *Terra Livre*, v. 26, p. 13-43, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Brasileira: transformações recentes**. *In: ROSS, J.* (org.). *Geografia do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA, A. U. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência**. Tese (Livre Docência em Geografia) – Universidade de São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Brasileira Transformações Recentes**. *In: ROSS, J. L.* (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 465-523.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA Sebastião de Souza. **O Avanço do Capitalismo no Cerrado Brasileiro e a Metamorfose do Latifúndio no Município de Pedro Afonso Tocantins** (tese doutorado) UNESP de Presidente Prudente.SP.2017.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **“O retorno do território”**. *In: Santos, Milton; Silveira, Maria Laura e Souza, Maria Adélia (orgs.) Território – Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994 pp. 15-20.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHOERDER Ivo. **Política e Parentesco Xerente**, (Tese Doutorado) FFLCH/USP, São Paulo.2006.